

SESSÕES DO PLENÁRIO

116ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de dezembro de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser despachado.

Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, em outras dependências desta Casa, hoje, possivelmente teremos a votação de diversos projetos. Então, solicito aos colegas que comecem a se dirigir a este Plenário. Hoje é terça-feira e ainda temos mais de 15 projetos na Casa. Vamos ver o que é possível votar na tarde de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Presidente, boa tarde. Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Eu quero falar um pouco hoje sobre uma agenda que aconteceu no município de Senhor do Bonfim, na semana que passou, que eu considero extremamente importante, por isso eu quero compartilhar com toda a Bahia o que aconteceu em Senhor do Bonfim.

Iniciou-se com a entrega de três viaturas para o 6º Batalhão da Polícia Militar, comandado pelo tenente-coronel Ávila. Eu tive muito prazer de ser o deputado que fez

as indicações para que isso pudesse acontecer. E nós entregamos duas viaturas, duas motocicletas e uma viatura de quatro rodas semiblandada para a segurança do nosso território. Isso aconteceu no sábado, pela manhã.

Também estivemos, presidente Adolfo, no distrito de Igara, acompanhando os investimentos feitos pelo governo do estado da Bahia, em parceria com o consórcio Piemonte Norte do Itapicuru, também por indicação nossa. Um investimento que gira em torno de R\$ 2 milhões para a pavimentação de praças e ruas daquele distrito, que eu considero um dos mais importantes da Bahia. Realmente, a obra está muito avançada. Nós participamos de um ato formal de anúncio desses investimentos, mas, muito em breve, talvez em mais uma semana, um pouco mais de uma semana, inauguraremos essa pavimentação, que reputo como uma das mais importantes obras no distrito de Igara, em Senhor do Bonfim.

Também, presidente, participamos do que talvez seja o maior investimento na história da saúde em nosso território, ao lado da secretária Roberta Santana, secretária da Saúde do estado da Bahia, no Hospital Dom Antônio Monteiro, na terça-feira. Ela fez o anúncio de um investimento que gira em torno de R\$ 8 milhões, deputado Fabrício Falcão, para a implantação dos leitos de UTI neonatal, leito de retaguarda, enfim, um investimento bastante robusto feito pelo nosso querido governador Jerônimo Rodrigues. Somando-se aos R\$ 5 milhões que já foram investidos nesse mesmo hospital, no que se refere a cirurgias eletivas e cirurgias ortopédicas, o estado da Bahia, através do governador Jerônimo Rodrigues, já investe no hospital, que é um hospital municipal, mas que atende a todo o território, cerca de R\$ 13 milhões, quase R\$ 14 milhões, por ano no hospital, ofertando não só aos baianos, mas também aos pernambucanos, por conta da “rede peba”, cirurgias eletivas, cirurgias ortopédicas, leitos de UTI adulto e neonatal.

Foi um dia muito especial e eu tenho muito orgulho porque destinei R\$ 2 milhões em emendas para que os equipamentos desse hospital pudessem ser colocados. Ou seja, isso foi muito importante para que a gente pudesse chegar e receber a visita da secretária para que ela pudesse autorizar o credenciamento dessas cirurgias e também dos leitos, tanto adulto, quanto neonatal, para a nossa querida região de Senhor do Bonfim.

Não bastasse isso, recebemos também, na quarta-feira, a visita do nosso ex-deputado estadual Álvaro Gomes, Fabrício, implantando em nosso território, especialmente em Senhor do Bonfim, a Agenda Bahia do Trabalho Decente, e muito participativa por sinal.

Então, foi uma semana de quatro entregas importantes, de notícias boas para o nosso território, para o nosso povo, para a nossa gente do Piemonte Norte do Itapicuru.

E aqui eu quero, Sr. Presidente, fazer um agradecimento muito especial ao governador Jerônimo Rodrigues, porque assim que ele assumiu, 2 meses depois, ele já determinou à secretária que fosse ao nosso município, para verificar a situação, sobretudo, para implantar as cirurgias eletivas e ortopédicas. Ela foi, fez o credenciamento, assinou o convênio, e agora também anunciou os leitos de UTI neonatal. Isso significa um compromisso imenso do nosso querido governador com o

nosso povo, com os bonfinenses em especial, mas, acima de tudo, com aqueles todos que moram no território do Piemonte Norte de Itapicuru.

Aqui fica este agradecimento e, claro, uma expectativa de que mais investimentos possam chegar a cidades vizinhas a Senhor do Bonfim, compondo, assim, o território do Piemonte Norte do Itapicuru. Portanto, foi uma semana de notícias importantes, sobretudo na área da saúde. Eu acho que, em relação à saúde, o compromisso de governo é muito importante, e o governador tem demonstrado isso em toda a Bahia, especialmente em nossa querida cidade do Senhor de Bonfim e no território do nosso querido Piemonte Norte do Itapicuru.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado José Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas.

Eu utilizo este tempo do Pequeno Expediente para fazer dois registros. O primeiro, Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, foi a realização da 1ª Feira Territorial da Agricultura Familiar e da Economia Solidária do Sudoeste da Bahia, realizada em Vitória da Conquista nos dias 9, 10 e 11.

Sr. Presidente, foi com muita alegria que eu e o deputado federal Waldenor Pereira recebemos o Sr. Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, o secretário Osni Cardoso e o presidente da CAR, Dr. Jeandro Ribeiro.

Eu e Waldenor, Fabrício, presenciamos um momento muito importante para a vida da Bahia, que foi não só a presença simbólica, mas uma presença de trabalho. Lá o ministro Paulo Teixeira anunciou a realização de um convênio entre o governo federal, a Conab e o governo da Bahia. E esse convênio vai trazer uma resposta imediata para muitas situações causadas nesse momento pela seca e a estiagem prolongada que nós estamos vivendo, Sr. Presidente, como a aquisição do milho e a instalação de um posto da Conab para vender esses alimentos.

E também vários órgãos do governo do estado, como a Cerb, como a Embasa, anunciaram ações para mitigar os efeitos da seca.

Além dessas medidas administrativas, Sr. Presidente, foram muito importantes também a presença de pequenos produtores de toda a região, com seus produtos, e os seminários científicos, com a troca de experiências, e palestras e conferências realizadas pelos vários órgãos do estado e da nossa universidade.

Enfim, foi um momento de confraternização e eu diria até mesmo de lazer porque, todo final de dia, nós tínhamos apresentações de grupos culturais de violeiros da nossa cidade.

Portanto, eu queria parabenizar o deputado federal Waldenor Pereira, pois foram recursos de emenda federal e também, de minha autoria, recursos de emenda estadual.

E ainda agradecer ao nosso governador porque a CAR e a SDR também aportaram recursos e apoio material, distribuímos vários equipamentos, enfim, foi um momento muito importante para a agricultura familiar.

O segundo acontecimento, ainda em curso, Sr. Presidente, são os concertos natalinos pela paz que estamos realizando em cinco distritos de Vitória da Conquista e em cinco bairros populares com a orquestra sinfônica de Vitória da Conquista, regida pelo maestro João Omar, filho do nosso grande compositor brasileiro e internacional Elomar Figueira. E esses concertos estão sendo realizado graças a recursos de emenda do deputado federal Waldenor Pereira, com a contrapartida também do nosso mandato, para que fosse possível essa programação. Vivemos um momento dramático no mundo e o mundo precisa de paz.

Lamentavelmente, a gestão municipal não vai realizar o tradicional Natal Cultural que nós realizamos na cidade desde 1997, desde a primeira gestão do prefeito Guilherme Menezes. Infelizmente, não vai acontecer. Mas exatamente para mostrar que, independentemente de cargo, de função, nós temos um compromisso com a cultura. Estamos realizando esses dez concertos em distritos da zona rural com mais de mil pessoas presentes, com centenas de jovens, centenas de idosos,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) como no distrito de Inhobim, em que uma senhora de 97 anos ficou sentada, ouvindo peças eruditas e também peças do cancioneiro popular, sendo a orquestra regida por esse grande maestro, João Omar. Por isso, eu queria parabenizar o deputado federal Waldenor Pereira, também o governo do estado, através da Sufotur, que foi quem celebrou esse convênio com uma instituição, uma ONG, para realizar esse convênio.

Para concluir, Sr. Presidente,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) é muito importante que, além da dimensão material, o povo também tenha muitas ações culturais porque a arte é o conforto da alma.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada árabe Ivana Bastos.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Ele vive no nome, mas ele esteve no exterior e, em todas as ruas que ele encontrava, tinha o nome de Ivana. E ele me mandava foto. Eu acho que foi naquela época em que a gente não tinha conversado ainda sobre essa PEC que ele foi para o oriente e lá ele achou meu nome em todas as ruas.

Boa tarde, Srs. Deputados, imprensa aqui presente. Sr. Presidente, é preciso registrar e parabenizar a nossa presença na COP28, em Dubai, quando eu tive a oportunidade de representar os deputados estaduais do Brasil, principalmente daqui da nossa Bahia. A Unale, com a delegação de nove deputados, esteve presente e participamos de alguns painéis.

Mas é preciso também registrar a presença da Bahia na conferência, na COP28, com o governador Jerônimo Rodrigues e secretários de estado, como Sodré, do Meio Ambiente, Ângelo Almeida, do Desenvolvimento Econômico; e as presenças do ministro Rui Costa e do secretário do PPI, Marcus Cavalcanti. Todos se fizeram presentes.

E a Bahia mostrou para o que foi. A Bahia lançou lá na COP o Atlas do Hidrogênio Verde. Isso, para nós, foi importantíssimo, porque o mundo todo estava presente. O lançamento foi no estande da CNI, com a presença de várias personalidades daqui da Bahia. Estavam o ministro Rui Costa, o secretário Marcus Cavalcanti, o deputado federal João Bacelar. Estava também presente o presidente da CNI, o Alban. E, no lançamento do hidrogênio verde, mostrando que a Bahia tem potencial, a gente pôde mostrar que a Bahia já sai à frente. Somente três países já têm esse atlas, que são a Austrália, os Estados Unidos e Portugal. E, agora, pelo Brasil, a Bahia. Então, foi um momento de muita responsabilidade para nós.

Também foi discutida lá uma proposta encaminhada pelo governador Jerônimo Rodrigues, representando o Consórcio Nordeste, que foi a proposta do Fundo Caatinga, para preservação e desenvolvimento. Então, é preciso que aqui, na região Nordeste, onde em todos os nossos estados nós temos caatingas, que a gente tenha um fundo, que o BNDES possa investir e que possa melhorar essa região.

A nossa participação, através da Unale, já ficou confirmada para o próximo ano. Agora, é trabalhar porque no ano de 2025 a COP30 será no Brasil, em Belém.

Então, tudo isso mostra que o Brasil, hoje, é outro diferencial.

Quando a gente vê o presidente Lula chegar, deputado Júnior Muniz, a um auditório e todas as pessoas que ali estão, mais de mil pessoas, cerca de cem chefes de estados, se levantarem e aplaudirem, mostra que a Bahia está no caminho certo.

Agora, a gente precisa aqui, na Bahia, também registrar e cumprimentar o presidente da Comissão de Agricultura desta Casa e o presidente da Comissão de Infraestrutura, que hoje realizaram uma sessão conjunta para tratar da seca. A seca que assola toda a nossa região, toda essa Bahia.

Eu quero falar aqui, especialmente da região Sudoeste, da região de Guanambi, onde hoje a gente vive uma calamidade, calamidade, sim! Você passa pelas estradas e vê o rebanho sendo dizimado, até pelo cheiro já sente os animais morrendo.

Nessa reunião, estiveram presentes o secretário do Meio Ambiente, Eduardo Sodré; do Desenvolvimento Rural, o Osni; e da Agricultura, o secretário Tum. Ali foram tratadas algumas demandas, mas é preciso que a gente tenha um plano de ação, porque neste momento eles estão discutindo com o governador Jerônimo sobre esse plano de ação, que é o subsídio ao preço do milho. A saca do milho a R\$ 80,00 é completamente inviável que o produtor, principalmente o pequeno produtor, possa comprar para fazer ração.

É preciso que a Cerb perfure mais poços artesanais urgentemente...

(O Sr. Presidente aciona as campanhas.)

Só um momento, Sr. Presidente.

Nós temos diversos poços artesanais secando. Hoje mesmo, eu recebi um telefonema, às 6 horas, da prefeita Vanessa, de Lençóis, pedindo socorro e dizendo que os poços artesanais de lá estão secando.

Agora, é preciso também um empenho muito grande com a Coelba, porque nós temos diversos poços artesanais já instalados, deputado Robinson, aguardando somente a ligação da Coelba para que a gente possa, sim, tirar água desses poços. E é preciso que a Embasa acelere, mas acelere com o pé direito, o problema dos carros-pipa, deputado Vitor Bonfim.

Hoje eu também recebi um telefonema do prefeito Arlei, de Urandi. Lá o sistema de abastecimento de água é gerido pelo município e, para fazer o cadastro, é preciso que a Embasa faça esse cadastro e mostre o que pode ser ofertado para o município de Urandi.

Então, toda esta Casa, nós precisamos, dentro de todas essas medidas, unir forças, para que a gente veja aqui o empenho de todos os deputados e todas as deputadas, para que a gente possa chegar ao final do ano e passar o Natal e o Ano Novo pelo menos com a sensação do dever cumprido, pelo menos com a sensação de que nós estamos fazendo a nossa parte.

Muito obrigada a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço pela participação a V. Ex.^a.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra a deputada Olívia Santana, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu quero aqui saudar este Plenário e também os servidores desta Casa, e externar aqui, em primeiro lugar, a minha solidariedade à primeira-dama do país, Janja, pela covardia que tem acontecido e se intensificado nos últimos anos. Os ataques a mulheres na política têm-se cada vez mais ampliado no Brasil e nós estamos vendo esse absurdo de uma mulher como Janja, uma primeira-dama moderna, que tem opinião, que expressa suas opiniões, ser tratada com tanta intolerância e violência política. Não adianta querer impor às mulheres um lugar de retaguarda porque nós lutamos muito para chegar a uma posição de respeito, de participação ativa nos espaços de luta política e de representação política.

Janja é uma primeira-dama e ela tem todo o direito de expressar suas opiniões, de ocupar um espaço na cena nacional, porque ela ajudou, contribuiu, lutou em defesa da democracia. Portanto, ela não merece, e nenhuma mulher merece, passar pelo que Janja está passando, ter a sua conta invadida, a sua conta no Twitter, que agora é X, invadida e sofrer uma série de ataques misóginos, desrespeitosos, violentos, ameaças que ela vem sofrendo.

É uma situação absurda ter a primeira-dama do Brasil sendo hackeada e destrutada da maneira como aconteceu a partir de ontem. No dia de ontem, segunda-feira, dia 11, houve esse ataque à conta da nossa primeira-dama e com uma virulência

muito grande, uma tentativa de desqualificação da figura da mulher. Ela foi atacada enquanto mulher, companheira, esposa do presidente da República, em um nível extremamente baixo. É uma coisa vergonhosa.

Fazer política no Brasil tem sido um grande desafio. Nunca foi fácil, mas tem sido uma atividade cada vez mais desafiadora, sobretudo quando se é mulher.

A nossa Manuela d'Ávila, que foi candidata a vice-presidenta na chapa de Hadad em 2018 – inclusive, foi uma das que se pronunciaram em solidariedade a Janja –, lembra muito bem da necessidade de ampliarmos as nossas vozes, resgatarmos e garantirmos a votação do projeto de lei que regulamenta a internet no Brasil, o uso das redes sociais. A responsabilização dessas *big techs* precisa acontecer o mais rapidamente possível. É preciso coibir as redes de ódio, combater essas redes que ocupam lugar de violência utilizando a ferramenta da internet.

Então, fica aqui a nossa solidariedade explícita...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) à primeira-dama e a exigência de que esse caso seja apurado e que os "hackeadores" sejam exemplarmente punidos.

Eu termino aqui a minha fala, Sr. Presidente, expressando a minha solidariedade e também externando a minha declaração de voto em favor do PL da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Já temos aqui defensoras, defensores...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) juntos aí, unidos. Vamos aprovar esse PL porque já passou da hora. Estamos juntos, companheiras e companheiros. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço pela participação, deputada Olívia Santana.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Fabrício Falcão pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Sr. Presidente, demais deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, Olívia e Ivana, os demais aqui, saudar a Defensoria Pública presente aqui neste momento. Sejam bem-vindos. (Palmas) Esta Casa aqui é nossa, é de vocês. A Bahia se orgulha demais da nossa Defensoria Pública, que faz a advocacia pública para aqueles que mais precisam.

Mas, senhoras e senhores, a semana passada foi a semana de um grande aniversário no dia 7 de dezembro. Aniversário geralmente se faz com bolo, com festa, com parabéns, mas esse foi o aniversário da infâmia, do desrespeito com o povo da Bahia, da coisa absurda que acontece, que é, no dia 7 de dezembro, o aniversário de 13 anos, deputado Vitor, deputado Zé Raimundo, deputado Júnior, do contrato feito com a Viabahia para administrar a BR-324 e a BR-116.

E nessa data de aniversário de 13 anos desse contrato, podemos ver a vergonha, Luciano, dessa empresa maldita, mentirosa, que engana e que rouba o povo brasileiro, em especial, o povo da Bahia que precisa utilizar a BR-116. Quando fez o contrato com

o governo federal, ali garantia a qualidade da rodovia para aqueles que por ela trafegam – pessoas e mercadorias – e que teria o aumento do pedágio a cada período, mas com a melhoria da qualidade e a duplicação da rodovia ao final de um período de 5 anos, me parece.

E o que ocorre? Depois de 13 anos, aumentos sucessíveis, aumentos consecutivos e apenas em um trecho de 60 quilômetros entre Feira de Santana e o Paraguaçu foi feita a duplicação. O que ocorre? Rodovia esburacada, rodovia maltratada, e o povo brasileiro que trafega por este belíssimo estado que é a Bahia, seja para lazer, para turismo, seja a trabalho, seja por uma necessidade de vir a Salvador, cada munícipe dos nossos 417 municípios, pega uma rodovia jogada ao léu, destroçada, com buracos, com acidentes.

Ali se disse que, quando se chegasse a 5 mil veículos/dia, haveria a melhoria e a duplicação. Hoje, são mais de 25 mil veículos/dia, já chegando a quase 30 mil, e a rodovia continua jogada ao léu. Apenas essa turma continua recebendo o dinheiro do povo baiano, ou o que aqui vem, que utiliza as rodovias. E esse dinheiro vai para fora, para essa concessionária infame, que tem que ser posta para fora da Bahia e do Brasil! Vão ganhar dinheiro fácil no Canadá, que é de lá essa empresa, não aqui, na Bahia, com os nossos munícipes, os nossos cidadãos.

É uma vergonha estarmos, nesse período, depois de 13 anos, com a rodovia sucateada e o povo baiano e brasileiro dessa forma, seja a população civil, seja o transporte de cargas. Então, quero aqui colocar meu pesar nesse aniversário de 13 anos dessa concessionária aqui, em nosso estado.

Finalizo este meu discurso no dia de hoje também saudando os estudantes que estão aqui presentes no dia de hoje, mais uma vez vindo aqui, junto à Escola do Legislativo,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para conhecer a nossa Assembleia, que é a Casa das Leis e do povo da Bahia.

Um forte abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Júnior Muniz.

Gostaria de registrar e agradecer a presença aqui dos estudantes da Escola Municipal Syd Porto Brandão, lá do bairro do Vale dos Lagos.

Também obrigado pela presença conosco na tarde de hoje aos professores que os acompanham.

Deputado Júnior Muniz, com a palavra.

O Sr. JÚNIOR MUNIZ: Quero cumprimentar nosso deputado que está presidindo esta sessão, Vitor Bonfim, e em sua pessoa cumprimentar as deputadas e deputados desta Casa; cumprimentar os alunos da Escola Municipal Syd Porto Brandão aqui presentes; cumprimentar as nossas amigas e colegas da Defensoria Pública na

pessoa de Eveline. Em sua pessoa, Eveline, quero cumprimentar toda a Defensoria Pública e dizer que pode contar com o nosso apoio. (Palmas) Eveline, que é filha de um ex-deputado desta Casa, o deputado Antônio Fernando, do qual eu também fui assessor na época em que ele foi deputado aqui, nesta Casa. Um grande deputado, um grande parlamentar.

Deputado Vitor Bonfim, deputadas estaduais e deputados aqui presentes, hoje eu venho falar da última semana, do grande dia lá na cidade de Camaçari, cidade que eu represento aqui, neste Parlamento. Estivemos lá com o governador Jerônimo Rodrigues, com a empresa BYD, com a Sr.^a Stella Li, diversos empresários e empresárias de Camaçari, empreendedores e empreendedoras de Camaçari. Ali fomos discutir a chegada da BYD a Camaçari, que vai gerar mais de 5 mil empregos. Estiveram presentes também alguns deputados estaduais, deputadas federais, a deputada federal Ivoneide Caetano, que representa aquele município, o secretário Luiz Caetano, secretário de Relações Institucionais. E lá discutimos a chegada da BYD com o empresariado e com a comunidade, que vai gerar mais de 5 mil empregos diretos.

Isso é uma grandeza para Camaçari, para a nossa cidade, que está abandonada na gestão atual. Mas o governador Jerônimo, sensível como ele é, o governo do PT, o governo do nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe a BYD para ocupar o lugar da Ford, que nos abandonou. E o prefeito que lá está nada fez, o prefeito que lá estava, quando a Ford saiu, nada fez. E o governador Jerônimo assumiu esse compromisso, e nós assumimos esse compromisso em nosso mandato. Em campanha, assumimos esse compromisso que, quando assumisse o nosso segundo mandato, iríamos defender a volta de uma nova indústria automobilística para a cidade de Camaçari. E já lançamos a pedra fundamental, a BYD já está trabalhando.

Olha o compromisso da BYD, da Sr.^a Stella Li, que é a representante da BYD. A CEO da BYD veio a Camaçari para discutir os problemas com a comunidade local, com os empresários locais, e lá ela firmou o compromisso, deputado Vitor Bonfim, deputado Zé Raimundo, de que vai garantir que os empregos que a indústria vai agregar serão de filhos e funcionários de Camaçari.

Essa é a grandeza de uma indústria que chega, mas que chega para somar, e muito, a Camaçari.

E, naquele momento, deputado Vitor Bonfim, nós assinamos, juntamente com o governador, e que foi aprovado nesta Casa, a isenção de IPVA para carros elétricos de até R\$ 300 mil. Naquele exato momento, o governador sancionou aquela lei e já está valendo. Meus caros deputados do Plenário que têm as suas condições, que queiram comprar seu carro elétrico já podem. Até R\$ 300 mil vai ter isenção porque foi aprovada aqui por esta Casa e foi sancionada na quinta-feira pelo governador Jerônimo Rodrigues. É a minha satisfação e quero agradecer porque a votação aqui na Assembleia foi por unanimidade e já está valendo, já foi sancionada pelo governador.

Meu caro deputado Raimundinho, que é dono de frotas de caminhões, agora você pode, também, ter sua frota de carros elétricos e vai comprar para o seu gabinete, tenho certeza, um carro elétrico. Meu caro deputado, ali, Luciano, já sorrindo, quero dizer, Luciano, que os carros elétricos você pode colocar na tomada aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em Salvador e ir até as suas queridas cidades de Valente e Coité, porque têm autonomia suficiente. Meu caro deputado Vitor Azevedo, também, já vai receber o 13º e já vai dar a primeira parcela do seu carro elétrico.

Então – para concluir, deputado – é um privilégio, é um prazer, para nós aqui de Salvador, aqui da Bahia, de Camaçari, receber a BYD. A deputada Olívia Santana que já está correndo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) os quatro cantos de Salvador, juntamente com o deputado Robinson, já pode comprar seu carro elétrico com isenção de IPVA.

No mais, muito obrigado. E um abraço a todos os alunos da Escola Municipal Syd Porto Brandão. Obrigado, deputado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a participação do nobre deputado Júnior Muniz.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Luciano Araújo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, queria saudar a Escola Municipal Syd Porto Brandão, os alunos que estão aqui; saudar a Mesa e dizer, Sr. Presidente, que hoje nós realizamos uma audiência pública, solicitada pelo nobre colega Ricardo Rodrigues, na qual tratamos da outorga de água na região de Irecê.

Outro tema também que foi muito abordado foi a seca em que se encontra o nosso estado da Bahia. E eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de vir aqui falar sobre a seca, como conhecedor da seca, nascido e criado no Semiárido baiano, e dizer, e falar da nossa insatisfação com a Embasa. A Embasa vem transformando a água bruta em água tratada em algumas propriedades rurais, principalmente daqueles pequenos produtores, justamente em uma época dessa, em que nós estamos passando por essa dificuldade de seca.

O preço que as pessoas pagavam na sua tarifa de água bruta era de R\$ 200 e tem conta que está vindo de R\$ 1,5 mil a R\$ 1,8 mil. E isso os pequenos produtores não têm condição. Eu queria saber do Sr. Presidente da Embasa que tarifa é essa, que cálculo é esse que foi encontrado nessa tarifa que está sendo cobrada daquelas pessoas que tiveram a transformação de água bruta para água tratada? Eu tenho certeza de que, com a sensibilidade do nosso governador Jerônimo, eu farei um ofício ao governador para que ele solicite da Embasa que cálculo é esse que está sendo feito em relação a essas tarifas.

Eu queria também aqui, Sr. Presidente, falar em relação à Viabahia, porque, nesse final de semana, eu fui à cidade de Itapetinga e fui à cidade de Maiquinique e tive a oportunidade de andar na BR-116. Quero dizer aqui – eu sei que V. Ex.^a passa

muito por aquela estrada –, quero me solidarizar com todos os deputados daquela região. Raimundinho, não é só a Viabahia da BR-324 que é precária, não, a BR-116 é muito pior. Nós, como parlamentares, não podemos deixar de nos unir em relação a essa empresa que tanto faz os baianos sofrerem.

Portanto, muito obrigado, Sr. Presidente.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a participação de V. Ex.^a. A Viabahia realmente tem sido uma pedra no sapato da população baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Passo a palavra para o próximo orador inscrito, o deputado Hilton Coelho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde a todos e todas. Quero registrar aqui a presença das defensoras e defensores públicos que estão com a expectativa de que hoje, enfim, o projeto que de alguma forma reconhece a importância fundamental de defensoras e defensores seja votado nesta Casa, Sr. Presidente. Nós sabemos o papel que a Defensoria Pública tem, hoje, para a garantia dos mais diversos direitos, especialmente da população mais vulnerável.

Esta Casa, inclusive, deu uma demonstração quando alguns deputados – não tantos quantos nós gostaríamos – designaram emendas impositivas para os econúcleos, uma proposta, a meu ver, revolucionária, de instalação de equipamentos para viabilizar a existência da Defensoria em regiões que são extremamente necessitadas da defesa dos direitos do povo. Hoje, nós precisamos fazer justiça com essa instituição, especialmente com os seus profissionais.

Então um forte abraço, toda admiração do nosso mandato para vocês. Que hoje a gente saia daqui com esse projeto aprovado e eu vou brindar muito. Eu queria que a efetividade dele já fosse imediata, mas, infelizmente, ficou para o ano que vem. Não se vai fazer completamente, em absoluto, a justiça, mas vai ser um avanço.

Eu acho que esta Casa, dados os limites que foram impostos no trajeto, não pode se furtar a garantir esse avanço, ainda que – como eu disse – não contemple de maneira absoluta a justiça que precisa ser feita em relação a essas e esses profissionais. Parabéns! Estamos juntos.

Mas, Sr. Presidente, ocupo também esta tribuna para falar sobre o município de Maraú e, especialmente, Barra Grande. Nós sabemos, estávamos acompanhando, ontem, deputado, pela manhã, quando, mais uma vez, a sociedade civil organizada fez um processo de mobilização contra a ocupação das praias de Maraú. Infelizmente, existem milionários que acham que podem simplesmente privatizar a praia. A praia passou a ser uma propriedade deles, evitando, inclusive, a possibilidade de canoeiros e pescadores artesanais exercerem a sua atividade.

Nós fizemos a visita lá, deputado Bobô, a Barra Grande, no município de Maraú, e pudemos constatar aquele absurdo de invasões, como se fosse uma degradação feita

de maneira completamente inescrupulosa. A Prefeitura de Maraú, inclusive, proibiu a realização de uma obra, mas a empresa, simplesmente, disse que vai dar continuidade.

Ontem, quando os manifestantes foram protestar contra essa situação, foi a Polícia Militar com fuzis, metralhadoras, com uma postura extremamente ostensiva contra os manifestantes que só queriam o respeito ao posicionamento da institucionalidade, que foi a proibição feita pela Prefeitura de Maraú e que a empresa não está, realmente, respeitando.

Então nós queremos deixar aqui toda a nossa solidariedade a esse movimento que só faz crescer. Ele ganha dimensão de apoios em toda a Bahia e em todo o Brasil, dada – como eu disse – a situação de agressividade que essas pessoas, esses milionários entendem que o território deve estar submetido e que nós não podemos aceitar.

Nós já oficiamos o Inema, já oficiamos a Sema, a própria Prefeitura de Maraú e providências institucionais precisam ser tomadas, sob pena de nós termos a legislação ambiental, que já foi tão fragilizada, completamente desconsiderada e desmoralizada, porque, simplesmente, as instituições não defendem a sua...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) efetividade.

Então quero deixar um abraço aqui, especialmente para o Coletivo de Defesa do Meio Ambiente e outros Direitos que tem cumprido um papel importantíssimo, de maneira destemida, contra esse conjunto de absurdos e que precisa ter o apoio desta Assembleia Legislativa. Porque o nosso papel é de fiscalização, especialmente das ações do Executivo que não estão sendo minimamente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) eficazes, ou melhor, não estão sendo efetivadas, em relação ao município de Maraú.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a participação do deputado Hilton Coelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputada Fabíola Mansur, a última oradora inscrita no Pequeno Expediente.

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Caro presidente desta sessão, Vitor Bonfim, amigos deputados e deputadas, membros das galerias, a quem saúdo muito carinhosamente porque vejo aqui a Defensoria Pública, que eu tenho certeza de que hoje terá uma grande notícia. A Defensoria Pública terá, finalmente, o seu projeto aprovado, graças aos esforços contínuos dos ex-defensores. Porque essa história vem de Dr. Clérison, de Dr. Rafson, mas quis o destino, deputado Robinson – V. Ex.^a que é também um defensor da ampliação da Defensoria e da valorização dos defensores, assim como a deputada Olívia Santana, o deputado Hilton Coelho e o deputado Rosemberg –, quis o destino que fosse nas mãos de uma mulher, a defensora-geral Firmiane Venâncio, a articulação de apoio com o nosso governador Jerônimo

Rodrigues. E, deputado Hilton Coelho, só não foi aprovado antes porque, desde a aprovação do PLC nº 147/2022 na CCJ, houve, pela categoria e por decisão dessa atual gestão, algumas modificações que precisavam ser feitas para a adequação desse projeto.

Aqui quero saudar, especificamente, a defensora Mônica Paula que tem tido um diálogo com o Legislativo, mas foi fruto de uma articulação dos deputados desta Casa, do nosso governador Jerônimo, da Casa Civil – aqui cito nosso secretário Afonso Florence – e do chefe de gabinete do nosso governador, Adolpho Loyola.

O nosso governador Jerônimo – tenho certeza e quero dizer para vocês – quer ampliar a Defensoria Pública, não só em função do compromisso que ele tem com a população mais vulnerável que precisa desse acesso à assistência jurídica gratuita, mas também por entender que em um estado como a Bahia, um estado pobre, de desigualdades históricas, não há como não ter uma Defensoria forte. E Defensoria forte não quer dizer apenas a ampliação dos defensores para seguir uma lei, Defensoria forte quer dizer, também, a valorização dos defensores que atualmente trabalham em nosso município. E é isso que enseja essas questões relativas ao projeto que foi modificado com um substitutivo que o valoriza ainda mais.

Quero saudar também e dizer que voltamos a ver os nossos camisas verdes da Defensoria que estão aí lutando pelo chamamento dos seus concursados. Eu comecei minha vida pública aqui nesta Assembleia Legislativa em 2015, deputado Hilton, e V. Ex.^a se lembra muito bem que nós tínhamos essas galerias cheias de camisas verdes, cor da Defensoria, pedindo que a gente, junto ao nosso governador Rui Costa, conseguisse, efetivamente, o chamamento dos concursados. É claro que esta Casa é sensível a esses anseios, assim como está sensível para o chamamento dos novos concursados.

Eu tenho certeza de que a atuação desta gestão de Firmiane, da parceria com o nosso governador Jerônimo Rodrigues que tem uma nova visão sobre a importância... não que o nosso ministro Rui Costa não tivesse, mas acho que, ao efetivar um pleito que é antigo, efetiva-se, justamente, na articulação entre a Defensoria Pública, a defensora Firmiane e o governador Jerônimo, intermediada por esta Casa.

Tenho grande prazer de me considerar uma madrinha da Defensoria nesta Casa. Já recebi até medalha da Defensoria, mas não pela homenagem, e sim pelo mérito. Quem defende igualdade de raça e gênero, quem defende LGBTQIA+, defende pessoa com deficiência, quem defende, na verdade, a população mais vulnerável e quem defende a saúde também tem de ser parceira da Defensoria. Então eu fico muito feliz e quero aqui agradecer ao líder Rosenberg, que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) é uma pessoa importante para a efetivação dessa aprovação. Quero dizer que fui brindada com a relatoria, mais uma vez, de um projeto da Defensoria.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a participação da deputada Fabíola Mansur.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Robinson Almeida pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, profissionais da imprensa que acompanham a nossa sessão, membros das galerias. Saudar em especial os membros da Defensoria Pública que, hoje à tarde, vão acompanhar aqui a aprovação de uma matéria importante para o fortalecimento dessa instituição. Porque uma Defensoria Pública estruturada, valorizada, mobilizada reflete na prestação de um serviço público para parte da população que não tem acesso à assistência jurídica. Então é fundamental cuidar do nosso povo, cuidar da nossa gente. Fortalecer a Defensoria é cuidar dos mais pobres do nosso estado.

Sr. Presidente, nós, hoje pela manhã, realizamos uma audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e de Infraestrutura da Casa para discutir, fundamentalmente, a situação da seca que atravessa o país, o Nordeste brasileiro e a nossa Bahia.

A seca é um fenômeno climático cuja presença os registros mostram há mais de 300 anos no Brasil. Em 1723, já havia notícias de uma estiagem prolongada na então província de Pernambuco. Nós estamos falando de 300 anos de registro. Mas creio que há mais tempo que esse fenômeno é característica climática no Brasil, especialmente no Nordeste.

E, ao longo desses 3 séculos, nós temos assistido a uma convivência do nordestino, do baiano, no sentido de fixar as suas atividades econômicas rurais, fixar a sua residência e a sua vida no que nós convencionamos de convivência com a seca. A seca não se combate, a seca não se extermina, deputado Bobô, a seca se convive.

Acontece também que, nesses últimos 300 anos, a humanidade viveu uma transformação profunda na sua forma de ocupar o planeta. Nós éramos, muito tempo atrás, presentes nas chamadas zonas rurais do planeta Terra, planeta Terra coberto de florestas, com um ecossistema equilibrado e onde o ser humano habitava essas regiões em harmonia com a natureza. Agora, aconteceu, no desenvolvimento da humanidade, um período chamado de modo de produção capitalista, que foi impulsionado pela Revolução Industrial, em meados do século XVIII, quando a Inglaterra, então principal potência econômica do mundo, ocupou a vanguarda do desenvolvimento mundial. E essa nova atividade econômica, o modo de produção capitalista, era baseada na formação de uma indústria.

A partir daí, o planeta Terra, nossa casa, começou a ser utilizado de forma intensa nos seus recursos naturais, deputada Fabíola, para sustentar essa atividade porque a energia para produzir os equipamentos e os utensílios para transformar em bens de consumo o que era produzido tinha de vir da natureza. Primeiro, as florestas foram destruídas para fornecer, através da queima, o carvão para a locomotiva do capitalismo funcionar e depois vieram os combustíveis fósseis, especialmente o petróleo e todos os seus derivados.

E são 250 anos em que o homem vem intensificando essa sua atividade. E as consequências são colocadas para a natureza na forma da emissão de gases; da completa devastação das nossas florestas originais; de ataques à nossa fauna e à nossa flora; prejuízos irreparáveis aos nossos rios e aos nossos mares; poluição com os resíduos dessa mesma indústria. Nós atravessamos séculos sem mudar o nosso comportamento e a conta chegou! A conta chegou e nós vivemos uma emergência climática.

Para não ir longe, este ano, no Brasil, nós tivemos cinco ou seis manifestações de ciclones, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cidades foram completamente inundadas, cidades transformadas por conta de que houve uma intensidade daquele tipo de evento e as cidades que nunca conviveram com essa situação foram completamente destruídas por desabamentos e alagamentos. Algumas delas, creio, inclusive, que tiveram danos irreparáveis, no Rio Grande do Sul.

Do mesmo modo, nós assistimos a rios secarem na Amazônia, Bobô, rios caudalosos virarem campos de futebol, onde a gente não via nenhum resquício nem de água nem de vida animal. Além disso, as cidades brasileiras bateram recordes de temperaturas elevadas este ano. A cidade de São Paulo, considerada uma cidade sempre fria, chegou a quase 40 graus. Esta semana, há possibilidade de regiões de cinco estados brasileiros atingirem a marca de 40 graus, inclusive, na Bahia, na Região Oeste, além do Rio São Francisco. Também, nós assistimos, em todo o mundo, às geleiras perderem a massa de gelo e começarem a derreter e o fenômeno do El Niño vir dessa vez com intensidade nunca vista, colocando esse tempo prolongado sem chuvas na nossa Bahia.

Então eu creio que nós estamos desafiados para uma mudança que vai continuar de forma intensa no próximo período. Não são mais aquelas secas que, em tempos remotos, tiravam vidas. Quem não lembra das cenas das frentes de trabalho...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Conceda-me um aparte, deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Darei, sim, deputada.

(...) das frentes de trabalho que eram montadas, das pessoas famintas para fazer roçagens nas margens das estradas; as reportagens que diziam que os agricultores famintos comiam répteis como calangos para sustentarem com alguma proteína as suas vidas.

E isso foi modificado quando o presidente Lula montou uma grande infraestrutura social no país, cuidou desse assunto com políticas de transferência de renda e com infraestrutura social, ampliação da política de energia, da política de água e apoio à agricultura familiar. Tanto é que, há 10 anos, na última seca mais severa que nós tivemos, perderam-se animais, perdeu-se patrimônio, mas vidas não foram perdidas porque as pessoas estavam protegidas com essa infraestrutura social.

Agora, o desafio é grande, porque foram 6 anos de descontinuidade dessa política. O governo Temer e o governo Bolsonaro desmontaram o Ministério do Desenvolvimento Agrário e todas as políticas para fortalecer a agricultura. Eles travaram qualquer tipo de apoio aos governos nordestinos porque aqui residia a grande oposição a esse projeto nacional, não foi feita nenhuma obra de infraestrutura hídrica na região.

Tudo que foi feito aqui agradeçam às ações do governo do estado, iniciadas por Wagner, com o programa Água Para Todos, e continuadas pelo governador Rui Costa, com a ampliação da extensão das redes de água nos municípios baianos, a perfuração de poços, a construção de barragens e a limpeza de aguadas para armazenamento de água. Mas tudo isso é insuficiente porque agora a seca chegou chegando e nós estamos assistindo, no interior do estado, a um processo muito veloz de perda de animais, de dificuldade de convivência e isso nos desafia para o próximo período.

A Sr.^a Fátima Nunes: Conceda-me um aparte.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Vou conceder uma parte à deputada Fabíola Mansur e, em seguida, um aparte à deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Deputado Robinson Almeida, V. Ex.^a é um deputado extremamente preparado e traz exatamente o relato histórico da espoliação dos recursos naturais pelo ser humano. E como a Bahia é um estado que está no Semiárido, na sua maioria territorial, sofre com esses fenômenos, a exemplo do El Niño, que vai aumentar a temperatura do Pacífico Equatorial mudando as correntes e gerando uma estiagem nunca vista, que ocorre a cada 7 anos.

O importante disso tudo, deputado Robinson Almeida, é o preparo e a disposição do nosso presidente Lula, do nosso governador Jerônimo, para enfrentar essa estiagem com ações concretas, seja dos bombeiros, das secretarias da Agricultura, de Desenvolvimento Rural, do Meio Ambiente. Além de ter deputados como V. Ex.^a e nós que estivemos participando mais cedo de uma audiência pública sobre a situação da seca e em defesa dos irrigantes de Irecê, promovida pelas comissões de Agricultura e de Infraestrutura. Nós sabemos que a participação do Legislativo é fundamental para receber esse pedido e para levar esperança.

Todos nós – V. Ex.^a é testemunha – estamos desde o mês de dezembro em contato com o nosso governador Jerônimo, que já fez inúmeras...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) incursões federais, solicitando, inclusive, apoio do Mapa, que é o Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e, com respostas efetivas do nosso presidente Lula, também fará um grupo de trabalho aqui na nossa Bahia, com essas secretarias, para a gente dar esperança e levar respostas.

Só para terminar meu aparte, agradecendo a V. Ex.^a, mais cedo, nós solicitamos que, da parte do nosso governador Jerônimo, nós, deputados, pudéssemos...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) ter e destinar carros pipas, “pipinhas”, sementes, enfim, para aqueles municípios que já decretaram emergência em função de tudo que V. Ex.^a trouxe.

E eu penso – não cheguei a manifestar lá, deputado Robinson – que muitos municípios que enfrentam a seca ainda não decretaram emergência. Penso que poderíamos pedir à Defesa Civil um grande “decretão”, V. Ex.^a pode encabeçar isso, porque, quando nós estivermos em recesso, quando os municípios estiverem em recesso e as câmaras, deputado Pablo Roberto, não puderem mais pedir a emergência, nós vamos ter sérias consequências.

Então eu quero aqui pedir que a gente possa, em outro encaminhamento, avaliar um grande decreto de emergência para o estado da Bahia, que pudesse abarcar esses outros municípios que não se tocaram para a necessidade formal, burocrática, de decretar emergência para recepcionar esses benefícios federais e estaduais.

Muito obrigada. Agradeço o aparte e o tempo dispensado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Incorporado o aparte de V. Ex.^a e a sugestão de que a gente faça esse mutirão para proteger os municípios institucionalmente.

Com a palavra a deputada Fátima Nunes, em aparte.

A Sr.^a Fátima Nunes: Deputado Robinson Almeida, eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento nesta tarde, falando dos efeitos da estiagem, dos impactos que ela causa na nossa sociedade, na economia, na vida social como um todo. E, também, ressaltando o que foram esses 6 anos de percalços que o Brasil viveu. Inclusive, o programa de 1 milhão de cisternas, que é aquele programa que possibilitou que fosse implantada em cada residência uma cisterna para guardar 16 mil litros de água e aquela outra maior, que é a cisterna do terreiro, que guarda 50 mil litros de água, foi interrompido. Mas, graças à volta do presidente Lula, hoje, ele já recomeça e já foi anunciado para vários territórios.

Citando aqui, por exemplo, o Território Semiárido Nordeste II, onde a Arcas (Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido) já começa, nesses dias, a construir aproximadamente 700 cisternas, sendo em quatro...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) municípios: Jeremoabo, Euclides da Cunha, Pedro Alexandre e Santa Brígida. Isso significa que logo que venham as trovoadas, a gente vai ter um pouco mais de água guardada, tanto na residência, como nos tanques grandes de chuva.

E essa preocupação que nós encaminhamos à CAR, também às secretarias de Agricultura e de Desenvolvimento Rural...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para disponibilizar recursos para fazer a limpeza das aguadas. Enquanto isso, os carros-pipas, também aqueles pequenos pipas reboques dos tratores, estão fazendo esse atendimento de emergência.

Para concluir esse meu aparte ao seu discurso, queria dizer da nossa satisfação, pois amanhã, no início da Feira da Agricultura Familiar, vamos ter a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, que encontramos em Brasília, tanto eu quanto o senhor.

Ele já trará também novidades de programas que serão fomentados por meio desses órgãos que eu acabei de citar, a CAR e a Defesa Civil, para socorrer, para a emergência, mas sem deixar de planejar a convivência, porque a gente sabe que, nos nossos dois terços de Semiárido baiano, sempre haverá tempos de escassez de chuva. É preciso que a população esteja prevenida e convivendo também, implantando as suas tecnologias sociais.

Portanto, os meus parabéns, e aqui fica o nosso convite para que todos possam, amanhã, na abertura da feira, participar e ver quanta coisa boa a nossa Bahia

desenvolveu nesses últimos 17 anos de governo, desde os nossos governos Jaques Wagner e Rui Costa, hoje ministro, até agora com o governador Jerônimo Rodrigues.

Obrigado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Obrigado, deputada, seu aparte também será incorporado à minha fala.

Passo a palavra, em aparte, ao querido deputado Bobô.

O Sr. Bobô: Deputado Robinson, primeiro eu quero parabenizá-lo pela iniciativa... (Falha no sistema de som.) difícil para todos nós, essa seca, a escassez de chuva, que “chegou chegando” com muita força, e por você falar que houve um esvaziamento a partir do governo Bolsonaro, especialmente das políticas que nós deveríamos adotar, até porque já sabíamos que teríamos este momento, experimentaríamos este momento.

Mas eu também quero apenas contribuir para a sua fala porque eu acho que é neste momento que nós temos que empreender energias, forças, para que consigamos, minimamente, enfrentar a seca e conviver com ela. O Canal do Sertão é fundamental nesse processo, eu acho que ele vai trazer para o Norte da Bahia, especialmente, algo novo, algo que nós, há muito tempo, não sabemos: se, em períodos como esse, teremos ou não água, inclusive, para o consumo humano.

Eu acho que ele vem por dentro do PAC, ele vai ser muito importante não só para trazer a certeza de que nós poderemos conviver com a seca, mas, principalmente, também... Não só para o consumo humano, mas também para o desenvolvimento daquela região, a Região Norte da Bahia, que é uma região muito importante.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Também gostaria de comentar, deputado, que é muito importante que a gente experimente ou, pelo menos, coloque projetos que deram certo na seca de 2014 ou de 2012 e 2014. O governador Rui Costa buscou tecnologias estrangeiras, inclusive, uma tecnologia francesa, que nos ajudaram muito no território do Piemonte Norte do Itapicuru. Ou seja, por meio da tecnologia *fusegate*,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nós ampliamos a Barragem de Ponto Novo e agora temos uma capacidade maior de armazenamento dessa barragem.

Eu acho que deveríamos ter uma política nesse sentido, não só ampliar as nossas barragens existentes, mas também fazer a limpeza dessas mesmas barragens, o que eu acho fundamental, principalmente por meio do Dnocs. Tem barragens importantes na Bahia que estão numa situação realmente muito ruim, há muito tempo sem limpeza e sem investimento na manutenção, eu acho que seria muito oportuno que isso acontecesse.

No mais, é parabenizá-lo pelo seu pronunciamento chamando a atenção para a necessidade de políticas mais... políticas incorporadas que possam fazer a diferença neste momento, principalmente para o pequeno produtor.

É claro que a gente não vai dizer aqui que o grande... O grande está sofrendo, mas o grande tem até uma condição de se manter, o pequeno não só está perdendo seus

animais, como também não está conseguindo plantar porque não tem água para que isso possa acontecer.

Então, este momento é um momento de união desta Casa, de força desta Casa, de todos os deputados debaterem a necessidade de fortalecer esse tipo de política, pela necessidade de a gente aprender a conviver com a seca. Ela não vai embora mais, nós a teremos para sempre e precisamos de políticas nesse sentido, que façam com que, minimamente, possamos transpô-la, passar por ela, de uma forma mais tranquila, mais confortável. Parabéns, deputado, pelo seu pronunciamento.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Eu que agradeço o seu aparte, querido Bobô, e também o incorporo ao meu pronunciamento.

Mas, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, nós estamos vivendo um novo paradigma, as mudanças climáticas, elas estabelecem novos desafios, não é possível que não atentemos para a necessidade imperiosa de mudança dos nossos hábitos em relação à Terra, especialmente os hábitos de consumo.

Nós vamos ter que mudar radicalmente o nosso padrão com novas tecnologias, com a utilização da agroecologia, a redução desses defensivos agrícolas que têm poluído as nossas nascentes e os nossos rios, nós vamos ter que fazer novos investimentos para que a convivência seja possível. Assistimos, na Bahia, à maior incidência de incêndios no campo de todos os tempos.

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: O corpo de bombeiros vem sendo acionado por diversos municípios para apagar incêndios. E como é que nós vamos conviver com essa situação se nós não alterarmos o nosso padrão de relação com a natureza?

Então, tem um dever de casa para nós, humanidade, tem um dever de casa para os governos. O presidente Lula herdou um Orçamento que não previa investimentos estruturais, creio que o novo Orçamento, a ser aprovado pela Câmara dos Deputados neste ano, vai fortalecer a política pública nessa área.

Nós temos a sorte de ter, como presidente da República, um nordestino, um pernambucano, um retirante que viveu pessoalmente, ele e a sua família, com o fenômeno da seca, tanto que foi expulso para o Sudeste do país, para São Paulo, para garantir a sua sobrevivência.

E temos também a felicidade de ter um governador de estado filho de um vaqueiro, que cresceu na zona rural, que foi secretário de Desenvolvimento Agrário e que sabe da importância das políticas estruturais para enfrentar esse período e as consequências da seca.

Estamos com muita confiança e esperança de que as medidas que já foram tomadas, como a autorização para a implantação de 10 mil cisternas na Bahia, as medidas para que o alimento chegue aos nossos diversos rebanhos, especialmente o subsídio na compra do milho, para que possamos atenuar as dificuldades... Mas nós temos que pensar nas ações do futuro.

Concedo o aparte ao deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Deputado Robinson, eu quero parabenizar a sua fala, ela acontece, de fato, num momento em que essa situação ambiental na Bahia ganha contornos dramáticos. Nós precisamos, além de medidas emergenciais, fazer essa reflexão que V. Ex.^a está fazendo, pensar a humanidade, especialmente a nossa Bahia, a médio e a longo prazo.

É impossível olhar essa situação... Óbvio, V. Ex.^a destacou que o problema das estiagens não é um problema de décadas, é, no mínimo, um problema de séculos, mas nós precisamos enxergar com que realidade essa estiagem... com que realidade ela se relaciona... O que nós temos na Bahia, infelizmente, são dados muito ruins do ponto de vista do desmatamento tanto da Mata Atlântica quanto do nosso Cerrado.

V. Ex.^a aponta um caminho muito importante quando fala da questão dos sistemas agroflorestais. Nós temos experiências na Caatinga em que determinadas localidades têm chuva, enquanto ao lado não acontece chuva. Por quê?...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Porque houve o reflorestamento, nós sabemos que, sem floresta, sem verde, não tem precipitação de chuva.

Então, precisamos, de fato, de mudanças estruturais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Na política, precisamos rever, inclusive, a política estadual em relação às licenças ambientais. A licença por adesão e compromisso, a chamada “LAC”, aqui, na Bahia, tem sido algo terrível, então, nós precisamos pensar desde a legislação até a ação do Inema e da Sema de não contemplarem situações como a do nosso Oeste baiano, que vem sofrendo hoje...

A meu ver,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nós estamos às vésperas de uma crise hídrica sem precedentes no Oeste baiano porque verdadeiros tanques gigantesco estão sendo construídos, pelos grandes proprietários do agronegócio, ao arrepio da lei e de qualquer bom senso do ponto de vista ambiental.

Então, eu quero parabenizar a sua fala e dizer que nós precisamos caminhar por esse debate para pensar num futuro, um futuro próximo e para as novas gerações, com dignidade.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Eu que agradeço a sua contribuição ao debate. Despeço-me aqui, presidente, agradecendo também sua tolerância com a passagem do tempo, mas creio que foi um debate rico, com vários apartes que contribuíram para a reflexão e o papel desta Casa neste momento difícil pelo qual passa a nossa Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do Psol para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente, quero solicitar a verificação de quórum, abrindo o tempo dos 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a, como eu já anunciei o deputado Hilton, logo em seguida, nobre Alan, após a fala dele, eu encaminharei a sua questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Na verdade, eu vou até aceitar V. Ex.^a fazer isso, mas não precisaria. Não existe isso no Regimento...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu sei, mas...

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a é um conhecedor...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É... o bom rito...

O Sr. Alan Sanches: (...) Mas vou respeitar V. Ex.^a e respeitar o deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) É... o bom rito e a consideração.

O Sr. Alan Sanches: Sem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o nobre deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Presidente, eu vou usar o meu tempo rapidamente...

O Sr. Alan Sanches: Serão, então, 17 minutos, não é isso? (Risos)

(O Sr. Presidente sorri.)

O Sr. HILTON COELHO: (...) para fazer uma denúncia que chegou ao nosso gabinete. Trata-se da reintegração de posse na qual a Terrabrás Terraplanagens do Brasil se intitula a proprietária de uma área de cerca de 800 mil metros quadrados. Houve uma contenda judicial porque, há décadas, posseiros estão naquela região, e simplesmente a Terrabrás, que foi questionada em relação à posse desses 800 mil metros quadrados, foi, a nosso ver, praticamente agraciada com uma propriedade de 7 milhões de metros quadrados que engloba o Hospital Geral de Camaçari, o Ifba e uma parte do Condomínio Emoções.

O assistente técnico do advogado dos posseiros se opôs ao relatório que foi apresentado nos autos sinalizando que não haveria como dizer qual a real propriedade da empresa, e, infelizmente, a decisão da magistrada foi uma decisão que ampliou, em mais de sete vezes, o suposto direito à propriedade por parte da empresa.

E, para que a gente entenda que a realidade sempre pode nos reservar surpresas, a Prefeitura de Camaçari simplesmente não recorreu em relação à decisão, foi a informação que nos chegou. Simplesmente a empresa continua em uma posição confortável, e hoje o nosso instituto federal e o hospital estão em uma situação, a nosso ver, de insegurança, do ponto de vista da existência.

Então, nós queremos apelar para o bom senso em relação ao posicionamento do Judiciário, em relação a essa situação e a um debate franco e aberto com a Prefeitura

de Camaçari sobre essa realidade, que não pode sacrificar a própria existência e a integridade, por exemplo, de um instituto federal de ensino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Zé Raimundo Fontes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Acatando a questão de ordem do líder Alan Sanches, eu solicito ao controle técnico que, por favor, zere o painel e marque 15 minutos para verificarmos o quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu queria aproveitar este momento para pedir a todos os deputados e deputadas que estão em seus gabinetes, no cafezinho, que se façam presentes para atender o pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão feito pelo deputado Alan Sanches.

Quero pedir a cada um dos deputados que se façam presentes para que possamos atender à verificação de quórum. Nós precisamos de 21 parlamentares aqui no Plenário. Hoje é um dia em que gostaríamos de votar, pelo menos, o projeto da Defensoria Pública, estamos aqui com algumas defensoras e defensores que vieram acompanhar essa votação.

Eu queria pedir que os parlamentares se fizessem presentes para darmos continuidade à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobres colegas deputados e deputadas, por favor, há uma questão de ordem solicitando a presença regimental para a continuidade da presente sessão. Os senhores e senhoras que estão nos gabinetes ou em atividade, em alguma secretaria, por favor, dirijam-se ao Plenário para continuarmos a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Srs. e Sr.^{as} Deputadas, há uma questão de ordem solicitando a presença de V. Ex.^{as} para que possamos continuar a sessão.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu queria aproveitar o tempo para utilizar aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, com a palavra o nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado, presidente, na verdade, fazendo um esclarecimento, nós tentamos durante todo esse tempo. Por diversas vezes, nós acordamos nos processos legislativos, inclusive, votamos projetos a favor do governo, projetos que entendíamos que, de alguma maneira, traziam benefícios e dignidade para a nossa população.

Mas chegamos hoje ao dia 12 de dezembro. No dia 1º de janeiro, daquela tribuna, o governador do estado, em alto e bom som, aqui nesta Casa, se comprometeu com o

pagamento das emendas dos deputados, dos 63 deputados. Só que nós sabemos que as emendas dos deputados do Governo são pagas de uma forma ou de outra, com benefícios nas cidades, mas as emendas da Oposição, que tem o mesmo direito legítimo de V. Ex.^a.

Candidatos da Oposição, inclusive, tiveram votações maiores que candidatos do Governo, ou seja, representam esta Bahia, e até este momento, dia 12 de dezembro, não houve o cumprimento das emendas parlamentares. Isso é um fato que eu deixo aqui de público e eu não entendo por que, depois de 11 meses, chegamos ao 12º mês... É uma coisa legítima, uma coisa que é lei, o pagamento das emendas orçamentárias, emendas impositivas, e isso não é cumprido.

Mais uma vez, palavra dada é palavra cumprida. A lei está ali obrigando o governo do estado a fazer esse pagamento. Mas, mais uma vez... Aí não cabe a mim dizer se é falta de planejamento, falta de organização, falta de palavra, não sei, mas é falta de alguma coisa, porque as emendas impositivas não foram cumpridas.

Imagine como os deputados, quando faz... Agora mesmo, o Orçamento, o nosso Orçamento, foi fechado, e nós já colocamos para o ano que vem. Aí imagine a expectativa, o exemplo de V. Ex.^a, que, se fosse deputado da Oposição, colocaria lá para a Vitória da Conquista, digamos assim, um convênio com a Conder de R\$ 500 mil para recuperação de uma rua, para uma pavimentação ou uma praça... Criar-se-ia uma expectativa naquele município, e V. Ex.^a ficaria como mentiroso ou, então, enganador, porque fez uma coisa, uma fantasia. Então, o Orçamento que, inclusive, iremos apreciar aqui vai virar uma fantasia.

O que eu digo aqui em alto e bom som, publicamente, é que não houve, não houve o cumprimento das emendas. Eu quero dizer que o deputado Jerônimo... Oh! “deputado”, baixei, está vendo? O governador Jerônimo Rodrigues é um homem de extremo bom trato, um homem educado, um homem que sempre trata bem os deputados, independentemente de ser Oposição ou Governo, mas nesse quesito aí, ainda, ou não estão atendendo à ordem do governador ou ele mesmo não deu a ordem para que fosse cumprido o pagamento das emendas orçamentárias.

Então, dessa forma, fica aqui a indignação, a nossa tristeza pela palavra não cumprida do governo do estado, mais um ano sem o cumprimento das emendas impositivas.

Obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Líder Rosemberg Pinto com a palavra.

O Sr. Rosemberg Pinto: Olhe, eu quero aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O deputado Alan Sanches presente, portanto, não é? Já falou, está presente na sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) dialogar com o deputado Alan sobre essa questão, ele tem algumas razões. Na minha opinião, não é um descumprimento do governador

Jerônimo Rodrigues, deputado Alan, acho que esbarra na burocracia do estado porque o estado tem essa burocracia, esses regramentos.

Eu acabei, inclusive, de falar com o secretário de Relações Institucionais para que a gente possa agendar uma reunião, provavelmente amanhã, deputado Alan, por volta do meio-dia, para a gente ajustar essa questão no que diz respeito às emendas impositivas.

Na realidade, não se trata de uma angústia só da Oposição. Agora mesmo, estava conversando com o deputado Fabrício, com o deputado Bobô, com o deputado Vitor Bonfim, também há na Base do Governo questionamentos com relação ao trâmite do processo. Ninguém aqui acha que há descumprimento por parte do governador Jerônimo Rodrigues, há um questionamento da burocracia, da formalização desses processos.

O governador realmente esteve aqui, assumiu o compromisso público de cumprimento com os deputados em fevereiro, ele tem reafirmado isso internamente, esteve comigo, com o deputado Alan, com o deputado Samuel, numa reunião, e reafirmou aqui o seu compromisso, mas acho que esbarra na questão da burocracia do estado.

Eu pedi uma reunião agora com o secretário de Relações Institucionais para destravar isso e, obviamente, eu espero que a gente possa, entre hoje e amanhã, buscar uma solução para essa questão.

E eu queria pedir aos deputados que possam se fazer presentes para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há uma questão de ordem solicitando vossas presenças aqui no Plenário. Estamos com o tempo já transcorrido, faltando 3 minutos e 30 segundos. Se não houver 21 Srs. Deputados e Deputadas, a sessão vai cair.

É no Plenário que se decide, gente. Venham para o Plenário! Srs. Deputados e Deputadas, estamos aguardando as honrosas presenças de Vossas Excelências.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo 10 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto (fora do microfone): Quem quer falar aí?

Parlamentar não identificado: Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador?

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, eu queria ponderar com o deputado Alan que nós suspendêssemos esta sessão por 30 minutos para que possamos fazer uma conversa aqui. Abateríamos do Horário das Representações Partidárias, já que não tem orador, aí aproveitaríamos esse tempo para podermos combinar aqui...

(O Sr. Alan Sanches se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem... É... concluiu?

O Sr. Rosemberg Pinto: Concluí.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado líder da Oposição, Alan.

(O Sr. Alan Sanches se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem acordo? Então, continua a sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Falará o deputado Robinson Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados! Srs. Deputados! É... Srs. Deputados, 1 minuto da atenção, só para... Deputado líder Alan, deputado líder Rosemberg, deputada Fabíola, só 1 minuto de atenção.

Na semana passada, o site *Bocão News* fez uma denúncia, e eu não respondi, eu preferi responder hoje, que a Casa está completa e a imprensa está presente. O site fez a denúncia de que Assembleia havia gastado, ou estava gastando, R\$ 200 mil na reforma dos banheiros, como se fosse um absurdo. Este presidente nem respondeu e deixou para responder hoje aqui.

Nesta administração, a imprensa pode ter certeza... Não é à toa que nós pegamos a Assembleia nas últimas posições em transparência e hoje ela é a sétima do Brasil. Seguramente, para o próximo ano, nós estamos tomando medidas para ela ficar entre as três primeiras, até porque aqui não se tem o que esconder...

Esta Casa, e eu vou deixar o registro fotográfico para a imprensa e para os deputados que quiserem ver... Ouçam: primeiro, erraram porque foram gastos 100 e poucos mil reais em 17 banheiros, então, não dá nem R\$ 5 mil por banheiro, trocamos piso, trocamos teto, está aqui para quem quiser ver. Este prédio vai fazer 50 anos, meio século, agora, em março, portanto, é mais do que necessário... O público, todo mundo aqui, frequenta os banheiros desta Casa, atende às suas necessidades. Está aqui o registro fotográfico do que foi feito dos banheiros, fotografias do antes e do depois.

Então, eu só peço à imprensa que cobre esta Casa que, antes de fazer qualquer denúncia, procure saber direito, para não estar falando bobagem. Em primeiro lugar, não são R\$ 200 mil, são R\$ 300 mil, que é o contrato global – global! – que você pode gastar ou não. Em segundo lugar, foram gastos até agora, cento e poucos mil na reforma de 16 banheiros. Então, se isso é um valor exorbitante para se reformar 16 banheiros, eu acredito que é até uma piada.

Então, para dar uma resposta à imprensa – não ao site em particular –, está aqui para quem quiser acessar e verificar as obras aqui desta Casa.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, em nome da Bancada da Maioria, eu quero, aqui, dividir essa angústia com V. Ex.^a e prestar a nossa solidariedade. Acho

que é necessário que se tenha respeito, quando veicular informações, buscar realmente a informação correta.

V. Ex.^a tem tido um tratamento extremamente amplo aqui com todos aqui desta Casa, desde a imprensa, às pessoas que visitam a Casa, aos deputados... O senhor é uma pessoa extremamente acessível, e qualquer um que está aqui nesse cafezinho – que a gente divide esse espaço aqui com todos os órgãos de imprensa do estado da Bahia – poderia ter lhe acionado ou a qualquer um dos deputados aqui para saber a opinião sobre esse tema.

Então, em nome de toda a Bancada do Governo, quero estar solidário e cobrar que qualquer veiculação tenha que ir, realmente, a fundo nas informações sobre os fatos aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. Alan Sanches: Pela Ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Na verdade, eu quero me associar às palavras de V. Ex.^a e do deputado Rosemberg, que nós convivemos aqui, claro, com amigos. V. Ex.^a, hoje, tem uma posição de destaque nesta Casa, mas é inegável a forma correta como V. Ex.^a vem conduzindo, inclusive, o orçamento desta Casa.

Se forem observar como foi feita a suplementação em outras gestões, V. Ex.^a tem sempre um orçamento que está aberto para que as pessoas possam – e, principalmente, a imprensa – estar fazendo a averiguação que quiser. Como o próprio deputado Rosemberg falou, V. Ex.^a é extremamente acessível, a sua equipe também é acessível. Poderiam, sim, estar questionando, verificando se é isso mesmo, porque denúncias com o poder público sempre vai ter, mas a gente precisa verificar e ver a veracidade desses fatos. Eu posso atestar a lisura que V. Ex.^a trata o erário aqui nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, líder Rosemberg; obrigado em nome dos colegas, deputado Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros da galeria que acompanham esta sessão, a imprensa que está aqui noticiando o desenrolar do nosso debate. Mês de dezembro, final do ano, período de fazer um balanço do Brasil e da Bahia. Um balanço de um ano de reconstrução e união do Brasil. O povo brasileiro, deputado Bobô, tomou uma decisão soberana de eleger Luiz Inácio Lula da Silva presidente, no último ano de 2022. Foi a decisão mais acertada que o Brasil poderia ter tomado nos últimos tempos.

Eu não imagino o que seria o Brasil, o que seria a democracia brasileira, o que seriam os direitos humanos, o que seria do nosso povo pobre, do nosso povo negro, das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, se nós tivéssemos mais 4 anos de governo de ódio, como os que nós tivemos no Brasil. E, o presidente Lula veio decidido a pacificar o país e a reconstruir o desgoverno do período passado.

Começou enfrentando o desafio de organizar um orçamento inexistente. Todos sabem que o orçamento brasileiro foi sequestrado pela Câmara dos Deputados, transformado em emendas parlamentares do orçamento secreto; todo mundo sabe que não havia previsão orçamentária para garantir os programas sociais este ano – e foi a PEC da transição negociada pelo presidente Lula, em dezembro do ano passado, que garantiu as condições orçamentárias do Brasil poder ficar de pé este ano.

O presidente tomou uma atitude corajosa: recuperar a imagem internacional deste país, porque foram 4 anos de avacalhação, 4 anos de diminuição do Brasil perante o mundo, que se transformou em uma “republicueta” coordenada e subordinada pelos Estados Unidos. E o presidente Lula, afirmou, novamente, para todo Brasil e para todo mundo, que este país tinha que mudar as suas relações diplomáticas.

Começou a fazer as viagens internacionais, deputado Alan, para dizer ao mundo que o Brasil voltou ao cenário econômico, que o Brasil voltou a ser o grande player que sempre foi – respeitado em todo o mundo por ser um país de 210 milhões de habitantes, que tem um povo trabalhador, que tem reservas importantes e estratégicas na sua biodiversidade, que tem uma indústria poderosa na América Latina e que tem um mercado consumidor importante, deputado Bobô.

O presidente Lula, em todo o mundo, começou a ser saudado como o líder que estava faltando para levar a voz dos que não têm voz, para dizer a toda agenda internacional dos países ricos, no G8, no G20, que o tema da fome tinha que ser um tema prioritário nas decisões dos governos, deputado Hilton, que não adianta estar falando e anunciando guerras e o povo passando fome em várias regiões do nosso planeta; que os países desenvolvidos têm que ter um compromisso com essa agenda.

O presidente Lula também se colocou como um grande defensor da paz. No conflito entre a Ucrânia e a Rússia, foi o presidente Lula que apresentou uma solução de paz; no confronto, agora em andamento, entre Israel e Palestina, novamente é o presidente Lula que se coloca como negociador; e, no eminente conflito envolvendo a Venezuela e a Guiana, é novamente o presidente Lula.

E não só cuidou da imagem internacional do Brasil. Ele cuidou de remontar os programas sociais que foram aniquilados no governo anterior.

O presidente Lula garantiu com a PEC da transição orçamento para o Bolsa Família, aumentou o seu valor com R\$ 150,00 para cada filho em idade por programa; o presidente Lula recriou o Programa Minha Casa, Minha Vida, para o nosso povo pobre ter direito a habitação; o presidente Lula retomou o Programa Mais Médicos, para, nos rincões do nosso país, no Brasil profundo, o nosso povo ter assistência de saúde que tinha deixado de ter; foi o presidente Lula que voltou com o Programa Farmácia Popular; é o presidente Lula que garantiu um novo modelo de desenvolvimento econômico que, contrariando todas as previsões do mercado, contrariando o gol contra que faz o Banco Central com a sua política alta de juros, vai fazer o Brasil crescer mais de 3% do PIB este ano; foi essa a coragem do presidente Lula de dizer que o Estado tem que investir na economia, que o Estado tem que induzir a economia, tem que atrair os capitais privados, sim, mas não pode abrir mão de construir rodovias, ferrovias, aeroportos, programas habitacionais, porque é isso que

desenvolve a nossa economia, é isso que gera emprego para nossa gente; foi o presidente Lula que determinou que a Petrobras revisse a política de aumento de combustíveis – indexada ao valor do dólar e à variação internacional do petróleo – e que colocasse os preços dos combustíveis compatíveis com o poder de compra do povo brasileiro, e nós vimos os preços da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha, ficarem mais acessíveis para nossa população; foi o presidente Lula que tomou essa decisão corajosa de remontar os ministérios que foram destruídos no passado, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, como o Ministério da Cultura que colocou investimentos recordes no mercado cultural com a Lei Paulo Gustavo e, agora, com a Lei Aldir Blanc.

O Brasil está sendo reconstruído, e a Bahia segue em frente, porque o governador Jerônimo estabeleceu, de imediato, uma parceria com o presidente Lula. Lançou aqui o Bahia Sem Fome, para que o nosso povo simples, o nosso povo que não pode tomar café de manhã, que não pode almoçar meio-dia, que não pode jantar à noite, possa ter acesso a um direito básico, que é o direito de sobreviver, o direito de se alimentar. E o Bahia Sem Fome foi aprovado por unanimidade nesta Casa, para ajudar o governador a enfrentar essa mazela social que infelizmente persiste no Brasil – voltou ao Brasil no desgoverno passado, colocando 33 milhões de brasileiros na situação da linha da pobreza.

É o governador Jerônimo Rodrigues que, de forma corajosa, foi buscar investimentos internacionais, que, para substituir a Ford, trouxe a BYD. Não só trouxe uma das maiores empresas fabricantes de automóveis do mundo, senão que trouxe também um centro de tecnologia para desenvolver pesquisas de ponta, para a gente poder estar na vanguarda tecnológica da produção de motores elétricos, de baterias e de carros elétricos, porque essa é a tecnologia do presente e do futuro, que vai substituir os combustíveis fósseis.

É o governador que retomou – com a articulação política e com o apoio dos nossos senadores Otto Alencar, Angelo Coronel e Jaques Wagner, e com o apoio do ministro Rui Costa – a Ferrovia Oeste-Leste, que passa na região, onde V. Ex.^a tem trabalho político, deputado Fabrício, e é fundamental para escoar a produção do Oeste, da Serra Geral, da região de Vitória da Conquista pelo novo Porto Sul, em Ilhéus.

É o governador Jerônimo Rodrigues que ontem atraiu o investimento importante de uma fábrica de sílica, que vai produzir as placas de energia solar, com um grau de aproveitamento de quase 100% de transformação da energia solar para energia elétrica. Uma canadense, a Homerun, vai ser instalada nos municípios de Belmonte e Ilhéus.

É o governador Jerônimo que, em 11 meses de governo, já visitou 140 municípios, e não visitou de mãos vazias, deputado Roberto Carlos. A sua querida Juazeiro foi beneficiada com vários investimentos do governo do estado.

Foram mais de 20 escolas de tempo integral; novos hospitais entregues à população, como o Hospital Dois de Julho aqui, em Salvador; encostas para proteger a nossa capital; a ampliação do metrô da capital. É um governo que segue trabalhando e enfrentando desafios, mesmo o complexo desafio da segurança pública. O governador

colocou investimentos para equipar a polícia, fez concurso público, investiu em inteligência e, hoje, a gente vê os reflexos dessa ação corajosa do nosso governador.

O Brasil segue sendo reconstruído com a liderança corajosa do presidente Lula, e a Bahia segue em frente com o timoneiro, filho do povo, filho de agricultor, um afro-indígena declarado que está dando orgulho a todos nós. Eu quero, aqui, parabenizar o presidente Lula e o governador Jerônimo por esse 1 ano exitoso das suas gestões.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder da Minoria, deputado Alan, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Falará, por 5 minutos, o deputado Manuel Rocha; e por 5 minutos, o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Manuel.

O Sr. MANUEL ROCHA: Presidente Adolfo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, servidores da Casa, visitantes que acompanham a sessão nas galerias, hoje a Comissão de Agricultura, juntamente com a Comissão de Infraestrutura, realizou uma importante sessão para tratar das ações contra a seca aqui em nosso estado. Tivemos a presença de três secretários de estado, o secretário do Meio Ambiente, Eduardo Sodré, o secretário da Agricultura, Tum, e o secretário do Desenvolvimento Rural, Osni Cardoso. Praticamente 30 deputados apareceram para prestigiar e participar dessa sessão que cobrou do governo do estado, como eu disse há pouco, ações concretas de enfrentamento à seca.

O presidente da Faeb, Humberto Miranda, esteve presente na sessão e apresentou dados realmente assustadores. Mais de 100 mil animais já foram mortos pela seca. Prejuízos, estimados, da ordem de R\$ 1 bilhão já foram causados por essa seca, que é uma das maiores dos últimos 50 anos em nosso estado.

Infelizmente, a gente não viu até agora nenhuma ação concreta por parte do governo do estado para poder enfrentar e amenizar os efeitos da seca. É bem verdade que tivemos a boa vontade dos secretários de estado lá para poderem dialogar, para poderem ouvir, mas a gente precisa de ações que amenizem os efeitos da seca e deem alento, principalmente aos pequenos produtores rurais do nosso estado.

A gente cobra, enquanto militante da área, enquanto presidente da Comissão de Agricultura. Contamos com todo o apoio da Comissão de Infraestrutura. E a gente precisa que o governo apresente essas ações de enfrentamento. Os secretários Osni e Tum anunciaram que, em breve, o governo iria anunciar ações para amenizar os efeitos da seca.

Mas a gente sabe que esses efeitos, consequência do fenômeno *El Niño*, não aconteceram da noite para o dia. Já há longo tempo, especialistas da área previam efeitos severos da seca em nosso país, principalmente em nosso estado, no semiárido baiano. Então, realmente, é muito alarmante, principalmente quando a saca de milho está custando aproximadamente R\$ 100,00. E o governo precisa não apenas subsidiar, mas fornecer gratuitamente o milho para os pequenos produtores do nosso estado;

carros-pipa precisam estar abastecendo as comunidades mais longínquas do nosso estado; perfurações de poços artesianos; enfim, todas as ações de infraestrutura hídrica que precisam ser realizadas junto às prefeituras municipais.

Então, a gente vem aqui para novamente cobrar as ações do governo do estado, das secretarias responsáveis para que a gente possa enfrentar de maneira séria essa seca que, como eu falei, atinge e está causando sofrimento a milhares e milhares de baianos.

Hoje foi mais uma oportunidade de ouvir os secretários estaduais para que a gente já, ainda nesta semana, possa conhecer o tão esperado plano de ação do governo do estado para enfrentar a seca no nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Concedo a palavra ao líder do Governo ou ao líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto...

O Sr. Tiago Correia: Presidente, ainda temos 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Mas tem orador?

O Sr. Tiago Correia: Tem!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Quem?

O Sr. Tiago Correia: Eu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Com a palavra o nosso nobre deputado Tiago Correia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, subo a esta tribuna para me associar às palavras do presidente da Comissão de Agricultura, deputado Manuel Rocha, que, à frente da Comissão, tão bem vem representando esta Casa, realizando reuniões itinerantes e rodando o nosso estado.

Hoje tivemos, fruto do trabalho dessa Comissão, associada à Comissão de Infraestrutura, a liberação da perfuração de poços em uma região importantíssima do nosso estado, no município de Lapão, na região de Irecê, fruto do trabalho de técnicos competentes de um órgão competente.

Eu queria, aqui, render as homenagens ao Inema e à Secretaria. Estivemos no órgão, e eu fiquei surpreso não só com a estrutura física, mas com o capital humano daquele órgão. Fomos atendidos por técnicos que deram uma verdadeira aula sobre o problema que acontece na região de Irecê. E fruto de uma luta do deputado Ricardo, esses produtores rurais, a maioria é de pequenos produtores rurais, vão ter acesso à tarifa de energia diferenciada. Deputado Ricardo, eu queria parabenizar V. Ex.^a por essa luta e dizer que órgãos competentes, com servidores competentes, e com o apoio do governo, conseguem, com certeza, trazer o que se espera da ação do poder público frente à população do nosso estado.

E, aí, na contramão de tudo isso que eu trago, hoje discutimos também o problema da seca no estado da Bahia, seca essa que é uma das maiores dos últimos anos, seca anunciada, fruto do processo de *El Niño*, que é anunciada há mais de 1 ano.

Quer dizer, era do conhecimento de todos que essa seca chegaria. E nós não vimos nenhuma ação concreta do governo para minimizar os impactos dessa seca, principalmente em relação aos pequenos produtores, Sr. Presidente.

O que nós vemos, hoje, são diversos municípios iniciando racionamento de água, diversos distritos em que falta água para a população humana, e rebanhos, deputado Marquinho Viana, vindo a morrer por falta de comida, por falta de água. E nenhuma medida, repito, até o momento foi tomada pelo governo do estado, achando que reuniões com medidas paliativas, por exemplo, carro-pipa, deputado Júnior Muniz, vão resolver o problema dessa seca.

E eu trago a esta Casa que a Faeb, através do seu presidente, Humberto Miranda, que esteve nesta Casa, já aponta prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão, deputado Sandro Régis. E o que nós vemos é uma seca que perdura. E no início das chuvas, que deveria ser agora, começa a prejudicar não só à produção atual de culturas, que deveriam ter iniciado já a sua semeadura, como milho, como soja, dentre outras, deputado, mas afeta a produção de leite do nosso estado e, vai afetar por mais, pelo menos, 2 anos, principalmente às culturas perenes, a exemplo da laranja, a exemplo do café, a exemplo do limão, do mamão, que terão as suas produções comprometidas pelos próximos, pelo menos, 2 anos. E nós não temos nenhuma ação do governo do estado.

E eu volto a falar que esse descaso com a agricultura da Bahia não é de hoje. Nós tínhamos uma empresa agrícola, a EBDA, que disseminava conhecimento para os pequenos produtores, disseminava a tecnologia. Ela foi extinta. Nós temos uma Adab entregue às traças, à sucata, em que os técnicos não têm veículo para fazer o seu trabalho. E agora, em plena seca, o que nós vemos são os produtores, principalmente os pequenos produtores, largados à sorte, esperando que a chuva possa chegar. E se chegar, Sr. Presidente, porque tem uma chuva anunciada para a Bahia para o próximo dia 22, como eu falei, ela não resolve o problema. O problema já está instalado e vai perdurar por, pelo menos, 2 anos, principalmente,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nas culturas perenes.

E nós precisamos de uma ação imediata do governo. E vimos aqui cobrar porque basta! A agricultura é responsável por quase 1/3 da produção do nosso estado e vem sendo deixada de lado há muito tempo. E em momentos críticos como esse é que nós vemos a fragilidade desse setor tão importante. Então, fica, aqui, a minha preocupação, a minha associação a todos os deputados que têm subido a esta tribuna para defender a produção de medidas imediatas que amenizem o sofrimento desses nordestinos, Sr. Presidente, e cobrar do governo a postura rígida, rápida, imediata para amenizar o sofrimento de tantos baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar MDB/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Por 7 minutos, a deputada Fabíola.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 7 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, inicialmente, quero me solidarizar à fala de V. Ex.^a, à qual se associaram o deputado Rosemberg e deputado Alan Sanches, líderes da Maioria e da Minoria, em relação à lisura da sua gestão. Venho acompanhando, inclusive, subidas de posições no quesito transparência, no respeito que tem desta Casa pelo equilíbrio, pelo diálogo e, ao mesmo tempo, por fomentar novas atividades para esta Casa servir ao povo da Bahia.

Posso aqui dar o exemplo da própria Procuradoria Especial da Mulher, que tem o nosso nome como titular, os nomes das deputadas Maria del Carmen, Neusa Cadore e Cláudia Oliveira. Procuradoria especial da Casa que vem já recebendo, deputado Sandro Régis, em uma semana de funcionamento, 12 denúncias de violência contra a mulher, deputado Euclides, sejam elas psicológica, patrimonial, física e até política, como é o caso de duas denúncias, deputada Ivana Bastos. Parabenizo V. Ex.^a por sua atuação representando esta Assembleia Legislativa em Dubai, na COP28.

Mas o que me traz aqui, Sr. Presidente, é fazer um pedido para que nós possamos chegar a um acordo a respeito dos projetos a serem votados aqui. Pelo líder da Maioria, deputado Rosemberg, toda a Base do Governo está pronta para votar os projetos de interesse da Defensoria, do Ministério Público, do TCM, deputado Marcelinho. Projetos que são justos, projetos que são pleitos das diversas categorias a este Legislativo.

Mas o meu pleito à Oposição, deputado Tiago Correia, deputado Luciano Simões Filho, deputado Leandro de Jesus, deputado José de Arimateia, é que nós possamos fazer uma exceção. Entendo que esta Casa é uma casa política e acordos são necessários, deputado Matheus, e, claro, alguns acordos não cumpridos precisam ser ajustados e dependem de diálogo. Mas eu digo que a Defensoria Pública do Estado da Bahia há 15 anos, desde o ano de 2008, espera a votação desse projeto. E um dia a mais para a Defensoria é, praticamente, 1 século para outros poderes que já tiveram, deputado Hilton, projetos aprovados aqui.

Meu pleito aqui, a nossa fala é para pedir para nós adiarmos a votação dos outros projetos para amanhã, entendendo que esta é uma casa política e é necessário acordo entre a Bancada da Maioria e a Bancada da Minoria, para que a gente possa votar hoje, deputado Rosemberg, V. Ex.^a que está fazendo um esforço com a sua Bancada para dar quórum, nós termos ao menos o projeto da Defensoria votado hoje. (Palmas)

Quero dizer também que esta Casa está pronta para votar os projetos. Os projetos estão maduros, os projetos foram amplamente debatidos, porque são projetos de origem desses poderes, que têm autonomia para tal. E é muito bacana a gente poder defender que um projeto de origem da Defensoria, por ela construído, com o apoio do nosso governador, a articulação do secretário Afonso Florence, a quem eu saúdo, do chefe de gabinete Loyola. Nós temos um acordo, um consenso em relação à maturidade do projeto, que está pronto para ser votado e que fortalece a categoria.

Então, o nosso pleito aqui, nesta fala é pedir que a Oposição considere a Defensoria, deputado Euclides, que é talvez a mais vulnerável dos poderes em razão até de sua característica...

O Sr. Sandro Régis: Um aparte, deputada.

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Eu lhe dou o aparte, deputado Sandro Régis. Mas quero, de antemão, lhe pedir para excetuar...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, líder Rosemberg, V. Ex.ª foi deselegante com a Oposição. Em nenhum momento a Oposição está contra projeto algum.

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Não foi isso o que eu disse.

O Sr. Sandro Régis: V. Ex.ª falou isso.

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Não, senhor.

O Sr. Sandro Régis: Não impute à Oposição responsabilidade que não é nossa! Gosto muito de V. Ex.ª, mas não queira jogar para a galera porque a Oposição não vai admitir.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro...

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Deputado Sandro Régis...

O Sr. Sandro Régis: Nós estamos em negociação com Rosemberg para tudo se votar...

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Deputado Sandro Régis... V. Ex.ª me respeite, porque eu não estou....

O Sr. Sandro Régis: V. Ex.ª disse, V. Ex.ª disse que...

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) jogando para a galera.

O Sr. Sandro Régis: (...) que a Oposição está contra!

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Não é verdade. V. Ex.ª estava no cafezinho. O que eu disse é que o projeto está pronto para ser votado e pedi uma exceção em relação ao consenso para que o projeto da Defensoria pudesse ser votado hoje! Não fui eu que disse, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Não depende da Oposição! Não depende da Oposição! Nós estamos construindo com o líder...

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Depende de um acordo político....

O Sr. Sandro Régis: Mas não venha jogar em cima da Oposição.

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: E eu quero lhe pedir... Não joguei para a galera. Estou lhe pedindo, como peço, e repito...

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados... Deputado Sandro Régis... Deputada Fabíola...

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Deputado Sandor Régis, eu lhe peço que excetue, tenha na Defensoria uma exceção, são vários projetos a serem votados, para que a gente possa... A Defensoria está aqui, a defensora-geral Firmiane está aqui, os

defensores estão aqui. Deputado Sandro Régis, V. Ex.^a não ouviu o meu discurso! Então, eu vou repetir.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes). Deputada Fabíola...

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Presidente, com a sua vênha, eu ainda tenho espaço para falar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Período natalino e esse nervoso...

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Não, veja só. O deputado Sandro Régis, com todo o carinho que lhe tenho...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Foi erro, foi a forma... Calma, já está resolvido.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Não. Não foi erro, não, presidente. Eu disse exatamente o que eu repito: o projeto tem o apoio de todos os deputados desta Casa para fortalecer a Defensoria. O que eu estou pedindo é que a Oposição reconsidere para excetuar o projeto da Defensoria, para ser votado hoje.

É um pedido que a Oposição pode ou não seguir. Então, esse é o meu pedido e eu reafirmo, deputado Sandro Régis: com todo o respeito que tenho à Oposição, que a gente possa fazer exceção a esse projeto e que os outros fiquem após o acordo.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola, eu sou testemunha... Deputado Sandro, deputado Tiago, deputado Rosemberg, eu sou testemunha, todos são testemunhas que a Oposição só tem ajudado em todos os projetos aqui. É natural que, um dia ou outro, se use o que o Regimento permite, até porque é Oposição. Mas em todas as minhas entrevistas... hoje eu tive a oportunidade de ir ao SBT, a TV do deputado Tiago, e, mais uma vez, agradei à Oposição e a todos os deputados da Casa.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, a bem da verdade, deputada Fabíola, deputado Sandro... A bem da verdade... Primeiro, deputada Fabíola, olhe bem: eu entendo que há uma manifestação presencial da Defensoria Pública aqui, porque o projeto está realmente ajustado para ser votado. Hoje conversei com o deputado Alan, com o deputado Sandro, com todos os deputados para votarmos os projetos que estão fora de pauta. Tive o cuidado, neste instante, de conversar com a defensora-chefe Firmiane. Não é um problema, deputada Fabíola, da Oposição ou do Governo, os projetos que estão na Ordem do Dia podem ser votados sem dispensa de formalidades. Os projetos que não estão na Ordem do Dia não podem ser votados, o que é o caso dos projetos do TCM, TCE, Defensoria Pública, Ministério Público. Esses não estão na Ordem do Dia.

O que é que está acontecendo? Eu fui extremamente transparente aqui com o deputado Alan. E é verdade, há um problema da burocracia do estado, que não consegue resolver uma pendência que são as manifestações dos deputados, que não são

os da Oposição isoladamente, da Oposição e da Base do Governo. Por conta disso, nós marcamos uma reunião para amanhã, eu, o deputado Alan, junto com mais outro deputado da Oposição e nós, da Base do Governo, para que a gente possa desobstruir esse problema, que é de responsabilidade do cumprimento das emendas impositivas.

Então, com essa colocação, não houve acordo de alguns parlamentares, não só da Oposição como da Base do Governo, em se votar os projetos aqui, na Casa, sem superar essa questão.

Eu entendi o apelo da deputada Fabíola Mansur, mas o deputado Sandro Régis também tem razão, porque ficou parecendo que era apenas uma responsabilidade da Oposição, o que não é. É uma responsabilidade coletiva aqui. E nós estamos em reunião desde as 10 horas, tentando buscar um caminhar nesse sentido. E eu disse para a Dr.^a Firmiane, junto com outros representantes do Ministério Público, que, se a gente não votar hoje, amanhã nós vamos fazer uma reunião, às 13 horas, e vamos construir as condições para que a gente possa votar amanhã, com todas as dispensas de formalidades. E, no caso específico da Defensoria, até dispensando o quórum, para que a gente pudesse atender a essa demanda das defensoras e defensores que estão aqui.

Então, houve esse problema. Eu acho que as duas partes têm razões nos apelos, mas a responsabilidade é coletiva, não pode ser nem da Base do Governo nem da base da Oposição.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem o deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Veja bem, nós estamos tentando sempre construir – agradeço, aqui, ao deputado Rosemberg – o consenso nesta Casa. Mas eu não vi deputado algum da Base do Governo, em momento algum, defender TCE, TCM, Defensoria. Agora é muito fácil, quando o projeto já está ajustado. Mas eu não os vi defendendo os interesses de quem quer que seja. Agora, depois que o projeto obteve o amém do governo, aí, sim, tem manifestação.

Deputada Fabíola, V. Ex.^a sabe da admiração e do respeito que eu tenho por V. Ex.^a, mas não coloque o peso em cima da Oposição. Jamais fomos obstrução a nenhuma instituição pública da Bahia. Agora, V. Ex.^a não fará isso com a Oposição. A Oposição está sempre construindo um diálogo aqui com o governo, ajudando para que a gente possa fazer a votação, mas também não vamos admitir o governo faltar com a palavra e com a lei, a lei do estado da Bahia! Cumpra! Cumpra-se a lei! Não queremos nada.

Então, amanhã... O presidente do TCE falou comigo, falou com o Sandro, falou com o Tiago, falou com a Bancada; o TCM, da mesma forma; a Defensoria já esteve aqui. Mas hoje, hoje não haverá acordo de votação nenhum! Nenhum! Estamos aguardando a reunião de amanhã. Após isso, tomaremos a decisão.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu fui citada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, V. Ex.^a sabe do mandato equilibrado que eu tenho, mas também um mandato que não aceita nem bravatas, nem gritos, nem insultos, nem inverdades a meu respeito.

É preciso que a Oposição respeite, primeiro, a minha opinião; segundo, o meu mandato; terceiro, que não pode ser uma coisa inverídica que foi levantada aqui. Primeiro, que eu não defendi os outros projetos. Na verdade, não só defendi como participei, sim, da construção coletiva. V. Ex.^a... E eu não vou citar o nome dos dois, porque são dois queridos. Participei da construção coletiva e talvez os deputados da Oposição não saibam porque eu não faço parte da Oposição, eu faço parte da Bancada da Maioria, e a Bancada da Maioria não só debateu esses projetos, que, inclusive, foram construídos em conjunto com o governador, mas também argumentando, ouvindo as categorias diversas, TCM, TCE, Ministério Público e também a Defensoria.

Quero dizer que o meu pedido não foi jogar para a plateia, não foi faltar com a verdade, nem foi ameaçar a Oposição, porque eu não sou mulher de ameaças, eu sou uma mulher que fala a verdade e a verdade precisa ser dita, e eu tenho voz para isso, como parlamentar.

A Defensoria, é preciso que se escute, porque pessoas ficam nos cafezinhos, ouvindo os discursos pela metade para depois querer vir aqui e faltar com a verdade, me acusar e até ficar gritando. Desculpe-me, como mulher e feminista, não tenho medo de grito de macho. Grito de macho aqui ou fala a verdade ou não fala. Não tenho medo de grito de macho aqui, não vão me calar. (Palmas)

Dito isso, eu quero dizer que eu tenho toda a consideração pelos deputados da Oposição, são meus amigos, deputado Sandro Régis, deputado Alan, são amigos pessoais da política. Então, precisam ouvir o que nós dissemos aqui, que os projetos foram construídos pela Oposição e pelo Governo, que estão maduros para se votar. Sabia que a construção depende do acordo político, do cumprimento do acordo de emendas, que isso seria feito amanhã, às 13 horas.

O que pedi – peço de novo – é um apelo para que de todos os projetos, e eu preciso repetir, todos os projetos, a serem votados que se excetuasse, com dispensa de formalidades, Sr. Presidente, o projeto específico da Defensoria. Não quer dizer que eu não defenda...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada. Já está explicado...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Ainda estou no meu tempo Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já foi explicado...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Não quer dizer... Eu preciso explicar. Não quer dizer que eu não queira votar, nem tenha participado, porque, aliás, eu sou uma mulher que faz audiência, sessões especiais, participa, debate, constrói, inclusive, com o governo. Não sou uma mulher...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, eu quero pedir que V. Ex.^a respeite o tempo, afinal de contas, V. Ex.^a é um homem que defende tanto as mulheres desta Casa, que defendeu a procuradoria...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada. Pode concluir.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Então, eu quero usar todo meu tempo e quero falar bem baixinho, mulher tem que falar baixinho. Se o homem fala muito alto ou grita, a gente tem que dizer: “Menino, você está nervoso? Se acalme.” Não é verdade? Nós mulheres sofremos quando a gente levanta a voz, os homens dizem: “Está nervosa? Se acalme.” Agora, eu digo para os dois: “Estão nervosos, meus filhos? Se acalmem! Vão tomar um Rivotril”. (Palmas)

Porque é verdade que eu amo esses dois deputados, mas é preciso ficar bem claro. Eles já ajudam. Não houve nenhum desrespeito à Oposição, muito pelo contrário, foi feito um apelo, um apelo carinhoso para dizer: “Olha, está no seu direito, como líder da Minoria, dizer isso”. Agora, o que não pode, presidente, é imputar inverdades à minha pessoa, ao meu mandato ou desconstruir aquilo que a gente construiu. Lá, na Defensoria, eu participei de inúmeras reuniões, bem como no TCE, no TCM e no MP. Tenho respeito pelos quatro poderes. Inclusive, nós teríamos votação de projetos de deputados porque esta Casa tem tido uma produtividade altíssima, graças à sua gestão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Gostei assim, bem baixinho.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Bem baixinho. Agora eu vou falar bem baixinho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu quase não estou ouvindo.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Vamos fazer o oposto, as mulheres falam baixo e os homens falam alto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola, o.k.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Então só para dizer que tenho todo respeito à Oposição, todo respeito ao deputado Sandro Régis e ao deputado Alan, mas o meu discurso está aí e a taquigrafia pode demonstrar que hora nenhuma eu os desrespeitei.

Agora, se fazer um apelo à Oposição para fazer uma exceção a uma regra que foi discutida pela maioria não é possível, então não vamos fazer mais pontes entre a Base do Governo e a Oposição. Assim, eu peço desculpas. Peço desculpas por ter feito o apelo, mas não por ter feito o discurso que fiz.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Agradeço o aparte que V. Ex.^a me deu, agradeço o respeito ao tempo, agradeço e quero deixar aqui bem claro o respeito que eu tenho a V. Ex.^a, o respeito que eu tenho a esta Casa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e de acreditar em palavra, em acordo.

Mas continuo pedindo que o projeto da Defensoria possa ser votado hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Srs. Deputados, só 1 minuto, antes de passar a palavra para o deputado Euclides.

Srs. Deputados, até para quebrar um pouco esse clima, os deputados que não fizeram ainda a doação em alimentos, através de seus assessores, eu já estou com a lista aqui de quem não doou, hein? Por favor, doação até o dia 20 de dezembro para aqueles que mais precisam, em alimentos, não em financeiro, em dinheiro absolutamente

nenhum. Os deputados que não fizeram ainda a doação para a Assembleia de Carinho, por favor, providenciem. Providenciem para não se arrependerem. (Risos) Deputada Olívia, eu digo se arrependerem porque Deus está lá em cima vendo que os deputados podem contribuir com 1 quilo, com 10 quilos e vai cobrar de cada um. É nesse sentido.

Com a palavra o deputado Euclides.

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa é da discussão para se chegar às decisões para a sociedade baiana. Então é normal esse bate-boca entre Oposição e Bancada do Governo.

Mas eu queria me manifestar, Sr. Presidente, na pauta de hoje, sobre o projeto da Defensoria Pública. A Defensoria Pública é muito importante para a democracia, é muito importante dentro do sentido de que as camadas pobres da sociedade baiana só têm um caminho para ir à busca da defesa dos seus direitos ameaçados ou violentados.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quem é que dá o suporte? Quem é que dá o suporte ao pobre que precisa defender o seu direito no Poder Judiciário? A Defensoria Pública. É uma missão importantíssima! Não é assunto, Sr. Presidente, para trazer polêmica! O papel, a missão da Defensoria Pública, todos nós sabemos, a ação do Judiciário dá sustentação à democracia e quem não tem dinheiro para pagar um advogado para ir lá no Poder Judiciário buscar seus direitos só tem a Defensoria Pública, nesse sentido.

Então, Sr. Presidente, a minha manifestação é para dar sustentabilidade a esse projeto importante e necessário e dar suporte à Defensoria Pública.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Sr. Presidente, a Defensoria Pública não está em todas as comarcas do estado da Bahia. Ela precisa de respaldo, de sustentabilidade deste Poder Legislativo, do Poder Executivo, porque tudo que o Poder Executivo pode realizar passa pelo Poder Legislativo.

Então essa polêmica toda... Eu peço aqui ao líder do Governo e ao líder da Oposição, vamos fazer aqui, dar um tempo e colocar, ainda hoje, para ser discutido e votado o projeto da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan. Deputado líder da Oposição, qual a decisão?

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu quero assumir a responsabilidade dessa questão. E quero pedir à deputada Fabíola Mansur e aos defensores para que a gente não transforme esse debate numa inflexão desta sessão. Quero assumir o compromisso, junto com o deputado Alan, para que nós, amanhã, às 13 horas, façamos uma reunião para votarmos, não só o projeto da Defensoria, mas votarmos o projeto da Defensoria, do TCE, do Ministério Público, do TCM.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Todos aqui, amanhã, com as dispensas de formalidades, e acho que sai a Casa grande, sai a Defensoria grande, Governo e Oposição. Porque eu entendi o apelo da deputada Fabíola, mas entendo, também, a manifestação dos parlamentares numa

questão que é interna. Então eu acho que não há divergência de nenhum deputado com relação à Defensoria Pública e nós, por combinação, votamos amanhã.

Quero fazer outra combinação também, para a gente sair desta sessão com tranquilidade para amanhã. Eu coloquei, está na Ordem do Dia, um requerimento de urgência para as contas do governador Rui Costa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu vou retirar a proposta de requerimento, apenas vamos votar as contas do governador Rui Costa, que já vêm com parecer positivo do Tribunal de Contas e vêm com parecer positivo da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. A gente encerra a sessão e amanhã a gente retoma num clima de tranquilidade e harmonia, como sempre foi nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Rosemberg só acelerou o rito, mas para que haja essa concordância precisa da Oposição. A Oposição não se opõe, nunca se opôs a absolutamente nada da Defensoria, do TCE, do TCM, nada. Mas houve um ruído nesse momento. Eu quero até agradecer aqui à deputada Fabíola. Reconheço, também, minhas desculpas à deputada Fabíola, se em algum momento eu acelerei a voz, mas só porque ela disse que eu sou um macho “retado”, isso eu gostei, essa parte eu gostei. (Risos)

Brincadeiras à parte, eu acho que...

O Sr. Rosemberg Pinto: É igual a Ramiro da novela das nove.

O Sr. Alan Sanches: Não, (risos) eu não tenho tempo para ver novela.

Mas esse compromisso, amanhã, nós assumimos, não só da Defensoria, mas do TCM, do TCE, do Ministério Público, porque achamos justo esse pleito de um projeto que já está amadurecido. Abriremos mão de todas as formalidades para votar os três projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, Srs. Defensores, podem ficar tranquilos, é questão de 24 horas apenas. Vocês ouviram aqui a palavra dos líderes da Oposição e da Situação dispensando todas as formalidades. É uma questão só de mais algumas horas, está bom? Parabéns a vocês.

ORDEM DO DIA

O Sr. Rosemberg Pinto: Ordem do Dia para votar as contas do governador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai votar as contas hoje?

Ordem do Dia. Em votação...

O Sr. Alan Sanches: Vou só fazer uma ressalva. Se for votar as contas do governador, é preciso ter 32 deputados. Vou solicitar verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. As contas do governador...

Nas comissões é uma coisa, foi acordo...

O Sr. Rosemberg Pinto: É por acordo.

O Sr. Alan Sanches: Você tem número.

O Sr. Rosemberg Pinto: Para fazer isso, eu teria de trazer o requerimento e eu não gostaria de trazer. Foi um acordo que fiz com o deputado Sandro.

O Sr. Alan Sanches: Então tudo bem. O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, votação por acordo.

O Sr. Alan Sanches: Mas vou pedir vista ao projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não cabe vista.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Decreto Legislativo nº 2.952/2023, da Comissão de Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle, que (lê) *“Aprova as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia do exercício de 2022”*. Portanto, as últimas...

Bom, eu estava conversando aqui com o nosso secretário. Em se tratando das contas do governador, a votação precisa, mesmo por acordo, ser secreta. Deputado Rosemberg, está ciente?

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A votação precisa ser no painel e secreta.

O Sr. Rosemberg Pinto: Em relação a votar a favor ou contra? Lógico, pode ser, não tem problema nenhum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Em votação...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É secreta, no painel.

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas, olhe bem, nós fizemos uma combinação com relação ao quórum. É voto de maioria e minoria. Não...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, é melhor deixar para amanhã.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não precisa de maioria, não! De 32? É maioria simples. Espera.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Suspendo a sessão por 5 minutos.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tem 32 deputados da Bancada do Governo?

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, o que eu quero dizer é que eu já fiz o acordo de não votar, de não pedir o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a já fez a sua parte.

O Sr. Alan Sanches: Mas qual é a minha outra parte? Eu não vou participar da votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Claro. O problema é do Governo.

O Sr. Alan Sanches: Ele tem de ter 32! Eu não vou participar da votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tem 32, deputado Rosemberg?

O Sr. Alan Sanches: Nem “sim”, nem “não”. A Bancada da Oposição não vai votar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Claro, vocês já fizeram a parte de vocês.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, já que tem essa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., eu vou colocar em votação... Não, deputado Sandro, a Bancada da Oposição já disse que não vai votar, até porque as contas já vieram com a aprovação do tribunal. Não tem problema. Mas nesse caso não vai pedir quórum.

Vou colocar em votação. É maioria simples! É maioria simples!

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Presidente, presidente...

O Sr. Samuel Junior (fora do microfone): Não consegui entender a fala.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Samuel, já temos acordo. Vai ser nominal, no painel.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, se não tem acordo, eu vou voltar com o meu requerimento do empréstimo, por gentileza. Se não tem acordo, eu vou votar o requerimento do empréstimo.

O Sr. Alan Sanches: Peço verificação de quórum para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para votação. Os Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências desta Casa, vamos tentar votar o requerimento de urgência do empréstimo do Poder Executivo.

Por favor, zere o painel e marque o tempo.

Zerado o painel. Srs. Deputados, por favor, deem as presenças.

O Sr. Alan Sanches: E eu queria a verificação de quórum no âmbito das comissões, é claro, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já tem parecer, deputado Alan. É só no Plenário.

O Sr. Alan Sanches: Não, é o requerimento! Ele quer votar o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É só no Plenário, de urgência.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não! É o requerimento de urgência do empréstimo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O requerimento de urgência do empréstimo.

O Sr. Rosemberg Pinto: Requerimento de urgência. É a urgência! Vamos votar o requerimento de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Volta o painel aí, por favor. Quer dizer, abre o painel para marcar a presença.

Srs. Deputados, por favor, marquem as presenças.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados que se encontram em outras dependências desta Casa, existe um pedido de verificação de quórum para votação. Favor se dirigirem ao Plenário.

Srs. Deputados, aviso também que, logo após o término desta sessão, temos a premiação dos destaques parlamentares e da imprensa, como costuma acontecer em todo final de ano.

O Sr. Samuel Junior (fora do microfone): É a votação ou a entrega?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É a entrega dos prêmios.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, claro que nós temos aí 15 a 13 minutos, mas ainda faltam oito deputados da Bancada do Governo. O senhor acredita que ainda vão comparecer, deputado Rosemberg?

Srs. Deputados, eu gostaria também de adiantar a todos, até porque já conversei, apesar de a Mesa Diretora já ter decidido, mas eu estou compartilhando com todos os colegas que, a partir da volta, se Deus permitir, em fevereiro, nós vamos retomar o funcionamento como era antes aqui no nosso Plenário. Então, nós vamos ter algumas mudanças na votação, na volta, após o recesso.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Portanto, há quórum.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Só para destacar que muito foi levantado sobre o andamento das sessões e a votação dos projetos, e nós, da Oposição, queríamos ratificar que em todos os projetos referentes a categorias, seja do Judiciário, seja da procuradoria, seja da Defensoria, do Ministério Público, do tribunal de contas, sempre abrimos mão do Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por favor, retorne o painel...

O Sr. Tiago Correia: Viu, Sr. Presidente? A Oposição sempre abriu mão do Regimento para que os projetos pudessem ser apreciados, como também se fez presente dando quórum de votação para a aprovação dos projetos.

Então, queria deixar isso registrado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago, está registrado, a Oposição sempre tem ajudado, é claro que dependia...

O Sr. Vitor Bonfim: Recompôr o painel, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É, eu já pedi que voltasse ao painel anterior. O.k.!

(...) Então, claro que cabia à Bancada do Governo, que no último minuto completou os 32 votos.

Em votação no âmbito do Plenário.

(Lê) “*Requerimento nº 10.335/2023*

Exmº. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.118/2023 de autoria do Poder Executivo, que ‘Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica, e dá outras providências.’

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2023.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria.”

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

O Sr. Alan Sanches: Vou votar contra.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Aprovado com os votos contrários...

O Sr. Alan Sanches: Da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) da Oposição.

Nada mais havendo...

O Sr. Alan Sanches: Eu queria só que V. Ex.^a instituísse aí o quórum do painel, que não tem, só estão os 32 de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não entendi.

O Sr. Alan Sanches: Restabelecer o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eles zeraram, zeraram as presenças iniciais, mas tem 32, deputado Alan.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com os votos contrários dos deputados da Oposição e do deputado Hilton Coelho. O.k.?

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.!

Ordem do Dia, as contas do governador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ué! Vai botar em votação?

O Sr. Rosemberg Pinto: Vou, vou, vou.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.! A votação das contas do governador Rui Costa, do último ano, é votação secreta no painel.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.!

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, deixa eu só falar uma coisa, existe o quórum de 32 apenas porque eu solicitei a verificação de quórum e o meu número conta.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Certo.

O Sr. Alan Sanches: Se o deputado Rosemberg insistir, a Oposição não vota, só aparecerá...

O Sr. Rosemberg Pinto: Tem problema não.

O Sr. Alan Sanches: (...) 31 votos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, 31votos não, nós temos 33.

O Sr. Alan Sanches: Ah, então, tudo bem.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, Srs. Deputados, que zere o painel, o voto vai ser secreto. Deputado Eduardo Salles chegou também, então, tem número suficiente.

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria só de encaminhar aqui, para a minha bancada, que nós não votaremos – nem “sim”, nem “não” –, não utilizaremos o painel, a Bancada da Oposição já está ciente de que nós não votaremos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Esse projeto trata das contas do governador Rui Costa do último ano, de 2022, que vem com o parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado, por favor...

O Sr. Rosemberg Pinto: Para encaminhar, viu, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) zere o painel para começarmos a votação, a votação é secreta.

O Sr. Rosemberg Pinto: Para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, para encaminhar, deputado líder Rosemberg Pinto. Vamos, deputado Rosemberg.

Srs. Deputados, eu informo a todos que amanhã teremos votação de todos os projetos.

O Sr. Alan Sanches: O painel, o restabelecimento.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já pedi para zerar o painel novamente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, visitantes, imprensa, servidoras, servidores, Sr. Presidente, eu quero encaminhar a apreciação das contas do ex-governador Rui Costa, que...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, o líder está usando a palavra, Srs. Deputados...

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) que foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia e cujo relatório foi também aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento, projeto relatado pelo deputado Hassan.

Quero aqui me dirigir aos meus colegas da Oposição, eu participei da votação das contas do ex-governador Paulo Souto e fiz questão de liderar aqui, junto com o deputado Zé Neto, uma posição de toda a bancada dos deputados.

Nós precisamos separar o debate das ideias e da política daquilo que é da institucionalidade de um parlamento. É inadmissível que as contas venham para aqui, indicadas pelo tribunal de contas do estado para que sejam aprovadas por esta Casa, com parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento, e o deputado Alan, os deputados não se manifestem nas contas, isso não é da regra de um parlamento.

Por isso que eu queria pedir, deputado Júnior, ponderação da Bancada da Oposição em relação ao ex-governador, da mesma maneira que fiz aqui com o ex-governador Paulo Souto. Eu vim a esta tribuna defender a aprovação das contas do ex-governador Paulo Souto, deputado Tiago Correia. Eu vim fazer isso aqui porque entendi que, naquele momento, deputado Zé Raimundo, as contas do ex-governador Paulo Souto vieram com a indicação favorável do tribunal de contas do estado.

Não é o fato de sermos opositores partidariamente ou de ideias que me faz aqui tomar uma posição meramente particular e ser contrário à indicação daqueles que são assessores desta Assembleia Legislativa. O tribunal de contas do estado cumpre o papel de assessorar esta Assembleia Legislativa e indicou a aprovação das contas do ex-governador.

Da mesma maneira, deputado Alan, que aqui defendi a aprovação das contas do ex-governador Paulo Souto, quero pedir a ponderação de todos os 63 deputados e

deputadas para que nós possamos ser magnânimos nessa questão, para que possamos referendar aquilo que o tribunal de contas do estado nos apresenta.

Não estaria fazendo este discurso se o tribunal tivesse encaminhado de forma diferente, mas quero valorizar os governantes, o Poder Executivo, que cumpriram o papel extremamente responsável, que cumpriram todos os índices que o regimento exige de um bom executivo. Então, a gente não pode deixar que esta Casa se transforme em um espaço meramente de votar a favor ou contra uma determinada posição. Mas, deputado Alan, com todo o respeito que eu tenho à V. Ex.^a, aqui a gente tem que analisar aquilo que é da razão, e a razão nos impõe, como impôs a mim aqui, quando aqui votei nas últimas contas do ex-governador Paulo Souto, favoravelmente, porque entendo que não são as nossas diferenças que vão fazer desautorizar as contas de um governador que teve o aval do Tribunal de Contas do Estado e, por unanimidade, o aval da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa.

Por isso, eu quero encaminhar, presidente, no sentido da aprovação, pedindo uma reflexão a todos os deputados desta Casa para que a gente possa, majoritariamente, aprovar as contas de um governador que foi exemplo, do ponto de vista da gestão pública.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar a palavra ao deputado Alan Sanches, líder da Oposição, existe sobre a Mesa um requerimento:

(Lê) *“Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, requeiro, nos termos do art. 89, parágrafo único do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.*

Sala da sessão, 12 de dezembro de 2003.”

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, quero, primeiro, agradecer pelas palavras gentis e cordiais do deputado, líder da Base do Governo, o deputado Rosemberg. Mas hoje as contas do ex-governador Rui não são tratadas como política, e, sim, de justiça, deputado Rosemberg.

Quando nós estamos aqui para aprovar as contas de um governador, seja ele quem for, nós estaremos aprovando a execução do orçamento aprovado nessa Casa. De maneira alguma a Oposição pode votar a favor das contas de um ex-governador que não cumpriu a lei, porque ele não cumpriu as emendas impositivas, que são lei. É uma lei aprovada nesta Casa, e em momento nenhum ele aprovou ou cumpriu a lei.

Quando a gente fala das emendas impositivas, nós não estamos falando do deputado “a”, “b” ou “c”. Nós estamos falando de um dos 417 municípios que não foram atendidos pelo governo do estado. E é por isso que a Oposição vai votar contra, sem receio, sem politicagem e sem absolutamente nada, porque, votando contra as

contas de um ex-governador que não cumpriu a lei, é justiça que nós estamos fazendo. Quando se fala que foi aprovado, foi aprovado com ressalvas, independente do governador que foi.

Agora, quando se fala do ex-governador Paulo Souto, não existiam emendas impositivas para não serem cumpridas. Agora, o governador Rui Costa – não sei se por birra, por pirraça com os deputados da Oposição – não cumpriu a lei. Isso está claro! Inclusive, o parecer do conselheiro Pedro Lino fala sobre isso. Então, as ressalvas são o orçamento que não foi cumprido.

Ele pode ter cumprido com o governo, ele pode ter cumprido com a bancada de governo, mas ele não cumpriu com a lei, um orçamento aprovado nesta Casa. Então, dessa forma, a Bancada da Oposição vai estar liberada para votar da forma que achar conveniente, porque ele já tem os 32 para participar da votação. Agora, o meu encaminhamento é que a gente vote contra, por tudo que eu esclareci aqui.

Muito obrigado.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, questão de ordem.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, até agora o painel...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já tem mais de 30 deputados que já votaram.

O Sr. Tiago Correia: Eu acredito que tem um problema.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem problema nenhum. Só faltam 9 minutos para encerrar a votação. O tempo está passando.

O Sr. Paulo Rangel: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Samuel Junior: É que o quadro não foi restabelecido, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já está restabelecido, já está inclusive....

O Sr. Samuel Junior: Não está, não. Eu, por exemplo, estou presente na sessão desde cedo e está ali...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não precisa. Existem 32 deputados, já é maioria simples. Já foi pedida a verificação, já foi atendida; a votação é secreta, como está sendo. Vamos ver o resultado daqui a pouco.

O Sr. Paulo Rangel: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Paulo.

O Sr. Paulo Rangel: Presidente, tem alguns companheiros aqui, alguns colegas – inclusive Sandro Régis, além de Nelson Leal, salvo engano tem outros, que estavam aqui na época em que foi votada pela primeira vez as contas do governador Paulo Souto

e uma parte dos nossos deputados queria votar contrário. Eu, a pedido do governador Wagner, subi à tribuna, fiz a defesa, e nós votamos aqui nesta Casa, consensualmente.

Quero lembrar que todas as votações de contas do governador Paulo Souto foram votadas aqui de forma consensual, assim como as do governador Wagner. Nunca tivemos esse tipo de problema aqui na Casa, Sr. Presidente. Então, eu faço um apelo aos companheiros e colegas da Oposição, para que votem da mesma forma daquilo que tem sido uma tradição nesta Casa. Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Quero aproveitar esse tempo para falar para todos os deputados e deputadas. Amanhã à tarde, nós iremos apreciar os projetos que não foram apreciados hoje. Há, neste momento, um diálogo com a Oposição, no sentido de que, amanhã, a gente possa aqui apreciar os projetos dos outros poderes. Vamos fazer uma força-tarefa para os projetos de deputados.

Aqui, deputada Maria del Carmen, nós vamos escolher um representante da Base do Governo, um representante da Base de Oposição, para, entre os diversos projetos de deputados, selecionar pelo menos um. Se esse projeto não tiver ainda sido aprovado na CCJ, vamos tentar fazer uma força-tarefa para que pelo menos um projeto de cada deputado possa ser apreciado até o final deste semestre.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, permita-me interrompê-lo. É bom que se frise que projeto de deputado que concede Comenda Dois de Julho ou Título de Cidadão tem que passar pela Mesa Diretora, em votação secreta, conforme lei aprovada por esta Casa. Isso para não vir com esses projetos aqui nesta última semana possivelmente de votação. Então é bom que fique claro. Claro que o deputado tem direito a recorrer ao Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, então, diante disso aqui, já entendendo que com o apelo feito tanto pelo deputado Paulo Rangel e por mim, quero aqui reafirmar que, na Comissão de Finanças e Orçamento, foi votado por unanimidade dos deputados, inclusive o deputado Robinho – que às vezes, é um dos mais críticos desta Casa ao governo anterior – foi um dos que votou favorável às contas entendendo que era uma conta que vinha com orientação do Tribunal de Contas do Estado e que tinha o apoio de todos os membros da Comissão de Finanças e Orçamento.

Então, eu solicito que V. Ex.^a encerre, uma vez que nós temos 35 votos já no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Pode abrir a votação, por favor. “Sim”, 32; “Não”, 3. Portanto, aprovadas as contas do governador Rui Costa no seu último ano.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.952/2023

Aprova as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia do exercício de 2022.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia relativas ao exercício de 2022.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2023.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nada mais havendo, declaro encerrada...

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Tiago. É uma questão de ordem, som aqui para o deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Para fazer justiça aos deputados que estiveram presentes, o quórum foi restabelecido, mas o painel não foi aceso integralmente. Quem estava aqui deu presença, mas existem deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, vou ler quem estava ausente, porque fica melhor.

O Sr. Tiago Correia: Ludmilla, por exemplo, estava presente, Jordavio, e não contam presença.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): E já saíram?

O Sr. Tiago Correia: Saíram, mas como o quórum foi restabelecido, eles contariam no restabelecimento do quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, eu vou...

O Sr. Tiago Correia: Pablo, Pancadinha...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, Pancadinha.... Vou ler de quem não estava aqui hoje.

O Sr. Tiago Correia: Euclides Fernandes estava aqui presente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alex da Piatã...

O Sr. Tiago Correia: Eures estava aqui presente...

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Tiago Correia: Só que seja restabelecida a presença...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu não sabia que tinha deputado invisível na Casa; tem alguns que eu não vi aqui hoje. Tem deputado invisível aqui?

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Que Deus abençoe a todos.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Marcinho Oliveira, Robinho, Soane Galvão e Zó. (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.